

Da Luz à Tela: analisando narrativas de prostituição no contexto do Coletivo Mulheres da Luz e nas telenovelas da Rede Globo

**Inaiá Rossi Silva Staeheli
2023**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

INAIÁ ROSSI SILVA STAEHELI

Da Luz à Tela:

**Analisando Narrativas de Prostituição no Contexto do Coletivo Mulheres da Luz e
nas Telenovelas da Rede Globo**

SÃO PAULO
2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

INAIÁ ROSSI SILVA STAEHELI
Nº USP: 9310840

Da Luz à Tela:

**Analisando Narrativas de Prostituição no Contexto do Coletivo Mulheres da Luz e nas
Telenovelas da Rede Globo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Nassar

SÃO PAULO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Staeheli, Inaiá Rossi Silva
Da Luz à Tela:: Analisando Narrativas de Prostituição no Contexto do Coletivo Mulheres da Luz e nas Telenovelas da Rede Globo / Inaiá Rossi Silva Staeheli; orientador, Paulo Nassar. - São Paulo, 2023.
86 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Prostituição. 2. Narrativas. 3. Representações. 4. Telenovelas. I. Nassar, Paulo. II. Título.

CDD 21.ed. -
659.2

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

AGRADECIMENTOS

É difícil de acreditar que este momento chegou. Entre diversas curvas em minha trajetória ao longo da graduação, interrupções devido a outras necessidades e obrigações, mudança de curso, de cidade, de relacionamentos e de objetivos, o fim da graduação sempre pareceu muito distante, mas enfim chegou.

Quero primeiro agradecer à Universidade de São Paulo, que entre idas e vindas, aos trancos e barrancos, me ensinou muito, proporcionou vivências, oportunidades e aprendizados que me moldaram e que carregarei com muito carinho e orgulho. É uma honra e um prazer imenso me graduar em uma das maiores universidades do país.

Agradeço também aos meus professores, àqueles ainda do tempo da escola e aos professores que compartilharam seus saberes comigo durante a graduação. Este trabalho é fruto de todo o conhecimento que vocês me transmitiram. Em especial, agradeço ao professor Paulo Nassar, que me mostrou as Relações Públicas sob uma outra perspectiva durante a graduação e acolheu meu trabalho sob sua orientação.

Não posso deixar de agradecer, também, àqueles que estiveram ao meu lado nessa trajetória. À minha família e, em especial, à minha mãe, Alexandra, muito obrigada por sempre acreditarem em mim, me apoiarem e me proporcionarem tanto amor e oportunidades ao longo da minha vida. Tudo o que eu sou hoje é graças a vocês.

Agradeço também aos meus amigos, que são grande parte da minha alegria e da minha inspiração na vida. Obrigada por todo o apoio, o acolhimento, a diversão, a escuta e incentivo, em especial ao Gabriel, que mesmo longe sempre está presente, e à Nina, um dos meus portos seguros.

Ao Coletivo Mulheres da Luz, obrigada pela luta e atuação, que transformam a vida de tantas mulheres e que motivaram este trabalho. Obrigada às companheiras que acreditam e lutam pelas causas das mulheres em situação de prostituição e à Cleone, que nos deixou seu legado, seus conhecimentos e sua inspiração.

Por fim, quero agradecer ao Danilo, meu companheiro, que tanto me ajudou neste trabalho e que sempre me apoia, me inspira, me escuta, me acolhe, me ajuda e me incentiva. Você é muito mais do que eu poderia esperar e eu sou grata todos os dias por ter você.

RESUMO

O presente trabalho tem como intenção debater diferentes discursos narrativos acerca da prostituição, mais especificamente da mulher em situação de prostituição, em diferentes contextos, analisando a fidedignidade representativa das grandes mídias brasileiras em face à dados existentes acerca da prostituição no Brasil. Para isso, foi realizada uma contextualização a fim de se obter uma compreensão geral acerca da prostituição no Brasil e, mais especificamente, no bairro do Bom Retiro em São Paulo, uma tradicional zona de prostituição na cidade. A escolha do Bom Retiro se dá devido à atuação do Coletivo Mulheres da Luz na região, uma vez que a análise de narrativas se desenvolverá em cima dos relatos presentes no livro “Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz”, de 2019, idealizado pelo coletivo. Esses relatos serão ainda comparados com as narrativas de telenovelas nacionais da Rede Globo de Televisão, transmitidas no período de 2011 a 2022 e que contam com personagens prostitutas, buscando semelhanças e diferenças entre o que é apresentado na ficção e no que é descrito pelas próprias mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição; Narrativas; Representações; Telenovela.

ABSTRACT

The present work aims to discuss different narrative discourses about prostitution in various contexts. It analyzes the representational accuracy of major Brazilian media in relation to existing data on prostitution in Brazil. To achieve this, a contextualization was conducted to provide a general understanding of prostitution in Brazil, particularly in the Bom Retiro neighborhood in São Paulo, a traditional area known for prostitution. The choice of Bom Retiro is due to the presence of the social collective Mulheres da Luz in the region. The analysis of narratives will be based on stories found in the book "Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz," published in 2019 and conceived by the collective. These accounts will be compared with narratives from Brazilian soap operas aired on Rede Globo Television from 2011 to 2022, featuring prostitute characters. The objective is to identify similarities and differences between the fictional portrayals and the real-life descriptions provided by the women themselves.

KEYWORDS: Prostitution; Narratives; Representations; Soap Opera

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

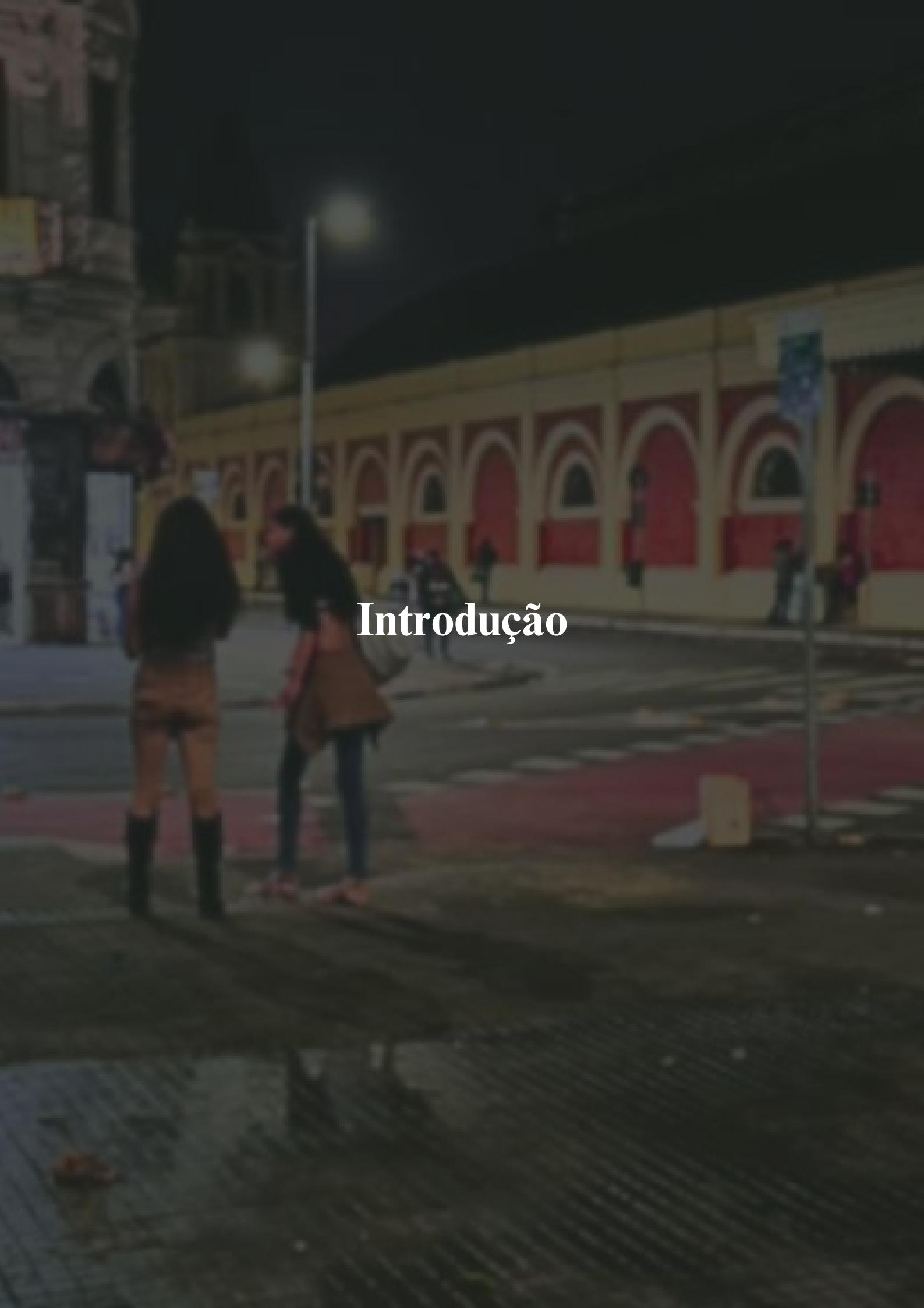
Figura 1: “Three young men and a black woman.” (Van Couwenbergh, 1632).....	15
Figura 2: Integrantes do grupo SOMOS, uma das 13 organizações que realizaram a manifestação na capital paulista em 1979 contra a violência policial.....	20
Figura 3: Primeiro encontro nacional de prostitutas no Brasil, 1987.....	20
Figura 4: Zona de prostituição do Bom Retiro entre 1940 e 1953.....	34
Figura 5: As “vitrines” da zona de meretrício do Bom Retiro.....	35
Figura 6: Matéria de 1948 do Jornal Correio Paulistano sobre a prostituição no Bom Retiro.....	38
Figura 7: Reportagem do Jornal Folha da Tarde, do dia 04 de janeiro de 1954, mostrando os protestos das mulheres expulsas da zona de confinamento do Bom Retiro.....	40
Figura 8: Matéria do Jornal Diário da Noite sobre a revolta das meretrizes.....	40
Figura 9: Trottoir na Rua Vitória, em 1960.....	42
Figura 10: O delegado José Wilson Richetti, que assumiu a delegacia seccional do Centro e comandou a Operação Limpeza, durante ação contra travestis, prostitutas e homossexuais...	44
Figura 11: Manifestação de prostitutas contra a violência policial no centro de São Paulo.....	45
Figura 12: Logo do Coletivo Mulheres da Luz.....	48
Figura 13: Cleone Santos em frente ao espaço do Coletivo Mulheres da Luz no porão da casa administrativa do Parque da Luz.....	50
Figura 14: Roda de conversa realizada no espaço do Coletivo Mulheres da Luz.....	54
Figura 15: Ilustração de mulheres em situação de prostituição no parque da Luz feita por Cecilia Marins para seu livro reportagem em HQ “O Parque das Luzes”.....	58
Figura 16: As meninas do bordel de Pedra Santa, Maíra (Juliane Araújo), Vanessa (Fernanda Nizzato), Desirée (Priscila Assum) e Karina (Malu Rodrigues).....	74

QUADROS

Quadro 1: Telenovelas das 21h da Rede Globo entre 2011 e 2023 e a presença de personagens prostitutas.....	73
---	----

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	A PROFISSÃO MAIS ANTIGA DO MUNDO.....	14
2.1.	Início da prostituição no Brasil.....	14
2.2.	Questões legais e a luta por direitos.....	17
2.3.	As vulnerabilidades que permeiam a prostituição.....	24
3.	TRAJETÓRIAS DA PROSTITUIÇÃO NO BOM RETIRO.....	29
3.1.	Uma “chaga” no centro de São Paulo.....	29
3.2.	O prazer confinado.....	33
3.3.	Nasce a Boca do Lixo.....	39
4.	AS MULHERES DA LUZ.....	47
4.1.	Cleone Santos.....	47
4.2.	Novas narrativas e novos rituais.....	51
4.3.	Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz.....	57
4.3.1.	Infância e adolescência.....	60
4.3.2.	Vida adulta.....	61
4.3.3.	Vivências na prostituição.....	63
5.	NAS TELAS.....	69
5.1.	As telenovelas da Rede Globo.....	69
5.2.	Prostituição televisionada.....	72
6.	CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS,.....	78
	REFERÊNCIAS.....	81



Introdução

1. INTRODUÇÃO

Chamada de “a profissão mais antiga do mundo”, glamourizada por uns e repudiada por outros tantos, a prostituição é um ofício que existe em uma grande pluralidade de realidades que são, em sua maioria, desconhecidas ou ignoradas pela população em geral. Muitas vezes, a prostituição está presente em nosso dia a dia sem que ao menos reparemos: é comum termos conhecidos que já se envolveram com mulheres prostitutas; zonas de meretrícios¹ estão no meio da caminhada diária para o trabalho ou de volta para casa de muitos brasileiros; existem “puteiros” de grande fama no Brasil; a mulher prostituta ou garota de programa são personagens corriqueiras em filmes, séries, novelas e na literatura; e, por fim, é comum, também, convivermos com mulheres prostitutas, por vezes sem nem saber dessa sua ocupação.

Contudo, mesmo sendo tão presente na sociedade e no imaginário das pessoas, a prostituição é um tema pouco debatido, pouco estudado e pouco compreendido. Os dados sobre a prostituição no Brasil são poucos e incertos, a questão da prostituição não costuma estar inclusa na agenda pública, as ações de órgãos públicos voltadas para essa classe quase não existem e, praticamente, não há um debate público acerca do tema.

Apesar de existir nesse local de marginalidade e apagamento social, a mulher prostituta cativa o público e tem sua imagem muito reproduzida nas grandes mídias, principalmente em obras de ficção. Ela está presente em sucessos do cinema (*Uma linda mulher* e *Bruna Surfistinha*, por exemplo, contam com profissionais do sexo como protagonistas), séries aclamadas (*Game of Thrones* nos apresenta uma imensa quantidade de personagens prostitutas), além de ser uma personagem corriqueira nas produções midiáticas ficcionais mais populares do Brasil, as telenovelas.

Muitas vezes, entretanto, produções envolvendo mulheres prostitutas apresentam uma visão romantizada a respeito delas: elas são belas, seguindo o padrão de beleza dominante, empoderadas e vivem vidas glamourosas, com grandes aventuras e amores. Vale ressaltar, ainda, que as mulheres prostitutas não costumam ter nenhuma participação nas produções que tratam a seu respeito e na construção das personagens que as representam — salvo raras exceções — o que nos faz questionar se as obras com personagens prostitutas trazem narrativas e representações realmente fidedignas. Contudo, apesar de poucas, existem produções encabeçadas por profissionais do sexo ou pesquisadores da área que buscam

¹ “Zonas de meretrício” refere-se às regiões em que diferentes grupos de mulheres se prostituem.

compartilhar um pouco de suas histórias, vivências e pensamentos a partir de suas perspectivas.

Dado que grande parte das mulheres que está em situação de prostituição deseja deixar essa vida (SANTOS, 2019) e vivem em um estado de estigmatização e marginalidade, é necessário o fomento do debate sobre esse assunto e que nele estejam inclusos os posicionamentos de mulheres prostitutas para que, a partir disso, criem-se condições para que elas tenham acesso à mais oportunidades, direitos, respeito e dignidade. Há de se dar espaço às vozes dessas mulheres, adicionar sensibilidade às histórias das personagens que as representam e quebrar com preconceitos e estigmas em torno delas. As mídias e, no Brasil principalmente, as telenovelas, são instrumentos de grande importância na construção do imaginário popular e no fomento ao debate público. A forma como representam mulheres prostitutas, portanto, tem um impacto na forma de pensar da população acerca desse grupo e, sendo assim, deve ser analisada e compreendida.

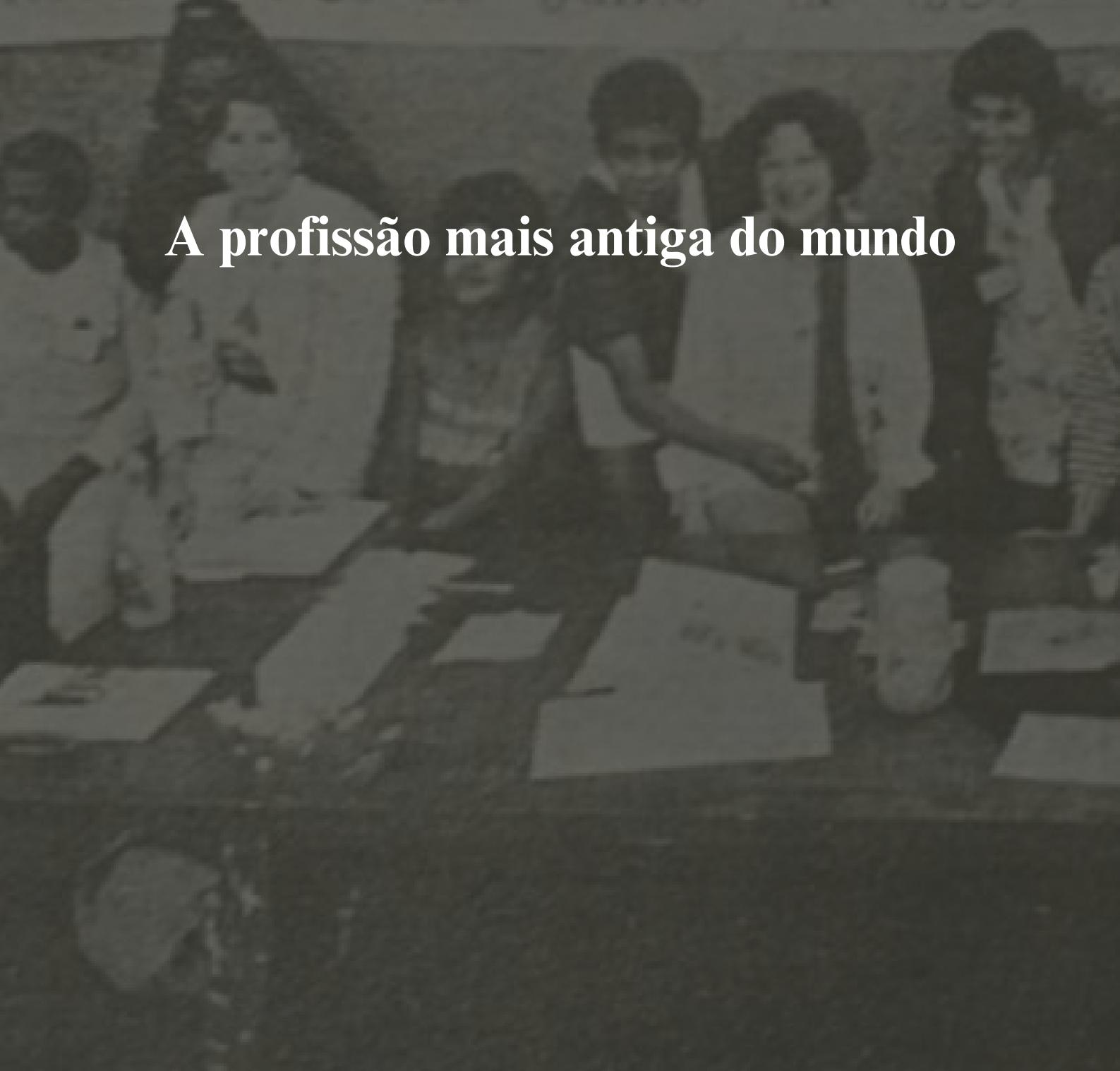
A fim de melhor compreender quem são as mulheres prostitutas no Brasil e como elas são representadas, este trabalho se desenvolverá em torno dos seguintes eixos: será feita uma contextualização sobre a prostituição, a fim de entender sua origem e funcionamento no Brasil e também a história e trajetória da prostituição no bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo; em seguida, serão apresentados o Coletivo Mulheres da Luz, que atua junto às mulheres em situação de prostituição nessa região, suas formas de atuação, seu papel na criação de novas narrativas e rituais em torno das mulheres prostitutas, bem como as narrativas, propriamente ditas, das mulheres atendidas pelo coletivo; por fim, nos debruçarmos sobre as telenovelas da Rede Globo a fim de entender sua importância e impacto na sociedade Brasileira e, também, quais as narrativas que compartilham acerca de mulheres prostitutas.

Para isso, faremos uso de estudos acadêmicos sobre a história, a legislação e a questão de direitos da prostituição, tendo como principal referência estudos realizados em cima do trabalho da historiadora Margareth Rago. Também foi selecionado o livro “Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz”, que reúne os relatos e histórias de vidas de prostitutas que frequentam o centro de São Paulo, e as telenovelas das 21h da Rede Globo, de 2011 até 2022, que contam com personagens prostitutas, conteúdos que analisaremos tomando como base os estudos sobre narrativas e rituais de Paulo Nassar e seus pupilos.

ENCONTRO NACIONAL DE PROSTITUTAS
HER DA VIDA, E PRECISO FAI

em de Rio 23 de julho de 1987.

A profissão mais antiga do mundo



2. A PROFISSÃO MAIS ANTIGA DO MUNDO

2.1. Início da prostituição no Brasil

Discutir prostituição no Brasil não é tarefa fácil. Por não ser uma atividade regulamentada, é difícil estimar quantas mulheres recorrem a prostituição como meio de sobrevivência. O lugar de estigma, violência e marginalização no qual essa atividade ocorre dificulta o levantamento de dados sobre o assunto, sendo esses escassos e, muitas vezes, desatualizados. Além disso, as condições sociais em que mulheres prostitutas se encontram e o *modus operandi* da prostituição no país abafam e escondem grande parte da forma como a prostituição ocorre e quem são seus envolvidos, e dados e fatos históricos que se tem sobre a prostituição costumam ser desconhecidos ou interpretados com um forte viés ideológico a partir de quem se propõe a debater o assunto.

A origem da prostituição no Brasil remonta ao período colonial, com a chegada dos portugueses no país e a imposição de um novo tipo de organização social baseada em uma sociedade de classes, cujos pilares são a família, a propriedade privada e, também, a prostituição (SANTOS, 2019). Os primeiros portugueses a chegarem no Brasil eram exclusivamente homens, que logo passaram a explorar sexualmente as mulheres indígenas, as primeiras subjugadas à prática. Elas eram capturadas, passavam por abusos e estupros e eram submetidas à prostituição pelos seus capturadores (NUNES, 2017).

Pouco tempo depois, a partir 1530, com a instauração da escravidão no Brasil, mulheres negras começaram a ser trazidas ao país e, rapidamente, tornaram-se maioria dentre as pessoas subjugadas à prostituição e exploradas sexualmente. O constante e quase exclusivo contato sexual de colonos portugueses com mulheres negras e indígenas, entretanto, logo passou a se tornar uma preocupação entre os colonizadores, principalmente entre os jesuítas.

O padre Manuel da Nóbrega, que veio com o primeiro governador-geral em 1549, escreveu à Coroa para que mandasse para cá “mulheres órfãs e de toda qualidade, até meretrizes”, para que se cumprisse a determinação de El Rei de povoar esta terra. (TELES, 1993, p.16)

Com o crescimento da colônia e o desejo de preservar a identidade do colonizador, mulheres brancas portuguesas começaram a vir em maior número para o país, tornando-se esposas, mães, concubinas e, também, prostitutas. A prostituição, entretanto, seguiu sendo majoritariamente negra. Senhores de escravizados constantemente prostituíam suas escravaizadas como uma forma de aumentar seus rendimentos e, apesar de haver mulheres

brancas no mercado do sexo, à elas era reservado, em especial, o lugar de mulheres do lar, onde compunham maioria. As violências e estigmas impostos sobre os corpos negros nesse período perduram até os dias atuais; “equacionada ao seu corpo, a mulher negra teve em sua sexualidade uma das principais demarcações da sua dimensão identitária” (NUNES, 2017, p. 3). Para mulheres negras, a condição de prostituta vem precedida por uma sexualização inerente ao racismo:

A raça aparece na busca por uma sexualidade mais exaltada tanto de homens quanto de mulheres. Ambos vistos como tendo atributos corporais favoráveis (bunda ou pênis grande), além de serem insaciáveis ou mais “quentes”. No caso das mulheres, sua raça pode impedir sua inserção em uma casa de prostituição de luxo. (BARRETO; GROSSI, 2012, p. 12)

Figura 1: “Three young men and a black woman.” (Van Couwenbergh, 1632)



Fonte: Periferia da Informação²

² Observação extraída do site sobre a imagem: “Christiaen van Couwenbergh (1604-1667), foi um pintor holandês. Nesta pintura, o sadismo sofrido pela mulher negra alegoriza a condição da mulher negra no Brasil colonial apesar de ter sido pintado na Europa.” Disponível em: <https://periferiadainformacao.wordpress.com/2015/12/01/a-estigmatizacao-da-mulher-negra-na-sociedade-escravocrata-analise-de-casa-grande-e-senzala-de-gilberto-freyre/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Desde seu princípio, portanto, a prostituição feminina é fortemente marcada no Brasil por fatores raciais, sociais e de dominação. Enquanto as mulheres brancas vindas de Portugal constituíam uma minoria nesse meio e possuíam mais respeito, melhores condições de trabalho e maior liberdade de escolha sobre seus corpos, mulheres negras e indígenas eram forçadas à atividade e formavam a maioria das trabalhadoras sexuais no país. O fim do período colonial, a instauração da república e a abolição da escravidão, no final do século XIX, trouxeram poucas mudanças nesse aspecto. A exploração e miséria imposta aos corpos negros permaneceu. Apesar de livres, as mulheres negras seguiram marginalizadas, estigmatizadas e sem acesso ao mercado de trabalho e melhores condições de vida, o que forçou muitas delas a permaneceria na prostituição.

Uma análise segmentada evidencia que a maior parte das mulheres, cis ou trans, em situação de prostituição são negras, o que agrega à experiência individual as manifestações das múltiplas maneiras de violência racial. Conforme apresenta a pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Raciais da UFPE, Alyne Nunes,

Compreender historicamente o lugar da prostituição no Brasil é aceitar que foram as mulheres negras que estiveram ocupando esse espaço desde a época colonial até os dias atuais. [...] Mulheres negras estão expostas às opressões estruturantes da sociedade de maneira interseccional, tais como, a de classe, raça e gênero que muitas vezes as forçam a escolhas menos privilegiadas de sobrevivência, e a prostituição acaba por ser uma delas. (NUNES, 2017, p. 1)

O sexo é historicamente usado como um instrumento de controle sobre corpos femininos, “o ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de ‘posse’” (BOURDIEU, 2012, p. 29-30), sendo um instrumento comumente usado em guerras e situações de confrontos e repressões étnicos-raciais, fato que pode ser observado também na organização social imposta ao Brasil durante o período colonial. Acerca disso, vale ressaltar que a prostituição se estabelece num mercadinho criado por homens e para homens, que obtém lucro e satisfação de seus desejos à custa da exploração das mulheres, seja como clientes, proxenetas ou donos de casas de prostituição.

Se é necessário que uma classe inteira de pessoas seja tratada com crueldade e indignidade e humilhação, colocada em uma condição de servidão, de modo que os homens possam ter o sexo que eles pensam que têm direito, então é o que acontecerá. Essa é a essência e o significado da dominação masculina. Dominação masculina é um sistema político. [...] Assim, em diferentes culturas, as sociedades são organizadas diferentemente para alcançar o mesmo resultado: não somente as

mulheres são pobres, mas a única coisa de valor que uma mulher tem é sua assim chamada sexualidade, que, junto com o seu corpo, tem sido transformada em um produto vendável. (DWORKIN, 1992 *apud* COELHO; BENEDITO, 2018, p. 8)

Isso posto, para este trabalho, partiremos de uma perspectiva da prostituição que toma o patriarcado como sistema de dominação e exploração, na qual a sexualidade feminina é compreendida sob duas chaves: uma é a da santa, a mulher procriadora, mãe e esposa, resguardada ao ambiente doméstico; e a outra é a puta, que pratica a sexualidade de forma desviante e a põe a serviço do desejo masculino. Também partiremos de uma perspectiva interseccional “de gênero, raça e classe, e outros marcadores, desconstruindo os discursos que partem da concepção do empoderamento e da livre escolha” (NUNES, 2017, p. 6) que levariam o indivíduo à prostituição.

2.2. Questões legais e a luta por direitos

Apesar de discursos que a põe como um “mal necessário” ou “a profissão mais antiga do mundo”, tratando-a como uma atividade indissociável e até necessária à sociedade, não são poucos os tabus e estigmas que existem em torno da prostituição. Contudo, apesar de repudiada e reprimida em diversos contextos, sob premissas morais e de um falso cientificismo, a prostituição nunca foi criminalizada no Brasil.

Desde o código penal de 1890 o lenocínio (ato de fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição) é considerado crime, enquanto a prostituição é permitida. Isso se mantém no código vigente por meio do decreto-leiº 2.848, que data de 1940, com alterações sancionadas em 2009 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevendo como crimes os atos de

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual
 Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone [...]

Casa de prostituição

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente [...]

Rufianismo

Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerce [...]

Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro [...]

Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual [...]

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone [...] (BRASIL, 2009, p. 1)

Ainda assim, a prostituição é um ofício que, principalmente quando praticado pelas camadas mais pobres da população, o chamado “baixo meretrício”, sofreu e ainda sofre diversas represálias, violências, perseguições e tentativas de controle por parte dos poderes públicos e da sociedade. Pode-se observar uma maior violência institucional contra prostitutas, em especial, durante períodos ditoriais, como na Era Vargas e na Ditadura Militar.

Durante a ditadura do Estado Novo, em meados de 1940, foi instituída uma política de controle e confinamento das mulheres prostituídas em São Paulo, que ficaram restritas ao bairro do Bom Retiro, e deveriam ter um cadastro junto à Delegacia de Costumes para que o Estado pudesse ter maior controle sobre a prática da atividade (AFONSO; SCOPINHO, 2013) — questão que será analisada com mais profundidade mais à frente, neste trabalho. Já nas décadas de 1960 e 1970, o debate sobre questões de gênero e sexualidade ganharam força mundo afora. Entretanto, no Brasil, tais questões foram fortemente reprimidas pela Ditadura Militar. Esse também foi um período de grandes violências praticadas contra as mulheres em situação de prostituição, que eram perseguidas, reprimidas, violentadas e presas. Era comum que militares e policiais se valessem do “termo de vadiagem”³ para prender, torturar e extorquir essas mulheres (SANTOS, 2019).

A partir do final do século 20, com o fim do regime militar no Brasil, diversos movimentos sociais ganharam força e espaço para se constituírem. Nesse contexto, a partir do reconhecimento de violências e abusos infligidos por parte do poder público e de outras camadas da sociedade e a necessidade de se impor e garantir alguma dignidade e respeito à

³ Prevista na Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688), assinada pelo presidente Getúlio Vargas em 1941, na ditadura do Estado Novo, a vadiagem refere-se à “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”, e é comumente usado para detenções arbitrárias da população pobre.

sua classe, mulheres prostitutas também passaram a se organizar em diversas regiões do Brasil. O primeiro movimento organizado que contou com a participação de mulheres em situação de prostituições foi uma passeata realizada em São Paulo, em 1979, na qual prostitutas, travestis, a população negra e LGBTQI+ denunciavam a brutalidade policial praticada contra esses grupos e o assassinato, pela polícia, de duas mulheres transexuais e uma grávida (HELENE, 2017).

Em 1987 foi realizado, no Brasil, o I Encontro Nacional de Prostitutas. O evento foi o primeiro a reunir mulheres em situação de prostituição de diferentes regiões do país para discutirem a discriminação, a violência policial e a associação da prostituição com doenças. A partir desse encontro, os movimentos de mulheres prostitutas em torno do Brasil passaram a se desenvolver, ganhando maior visibilidade e poder de articulação política. Exemplo disso é a criação da Rede Brasileira de Prostitutas, ainda em 1987, pela ativista e ex-prostituta Gabriela Leite. A Rede e outras organizações tiveram participação na elaboração do primeiro manual de prevenção do HIV dirigido a prostitutas, realizado pelo Ministério da Saúde. Em seguida, no ano de 1989, foi realizado o II Encontro Nacional de Prostitutas, cujo tema em destaque foi justamente as políticas de prevenção ao HIV e Aids. ONGs, redes e grupos, como a Davida, começaram a surgir com o intuito de combater a discriminação e o estigma, além de dar assistência às mulheres em situação de prostituição (SANTOS, 2019).

Desde então, as mais diversas organizações pelo direito das mulheres em situação de prostituição seguiram se fortalecendo. Sobre o Encontro Nacional de Prostitutas e o decorrente crescimento de organizações voltadas às trabalhadoras do sexo, Gabriela Leite conta em seu livro:

A sociedade nos viu organizadas em nome da nossa profissão. Nós nos vimos assim pela primeira vez. [...] Estava no inconsciente coletivo, a sociedade precisava dar um grande passo em relação à puta. Nós fomos abrindo caminho, saímos do escuro para praticamente um estrelato. [...] As meninas voltaram para suas cidades, começaram a organizar suas associações e angariaram com certa facilidade o apoio de estudantes, intelectuais e outros segmentos da sociedade. No caso de Belém, em que as mulheres eram, na maioria, analfabetas, o apoio dos estudantes foi crucial para chegar à formalização de um projeto. (LEITE, 2009, p. 149)

Figura 2: Integrantes do grupo SOMOS, uma das 13 organizações que realizaram a manifestação na capital paulista em 1979 contra a violência policial



Fonte: Memorial da Democracia⁴

Figura 3: Primeiro encontro nacional de prostitutas no Brasil, 1987



Fonte: LaHibrid, USP⁵

⁴ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>. Acesso em: 13 nov. 2023.

⁵ Disponível em: <https://lahibrid.fsp.usp.br/?p=1205>. Acesso em: 13 nov. 2023.

A crescente e, agora, organizada luta das mulheres prostitutas resultou em importantes conquistas. Os grupos e redes formados, em parceria com outros agentes da sociedade, passaram a trabalhar na elevação da estima das mulheres em situação de prostituição, no seu acesso à políticas públicas, cidadania, saúde e educação, no diálogo e conscientização da sociedade sobre a classe das trabalhadoras sexuais — sempre em busca de ampliar o debate público acerca do tema, transformar a visão da sociedade sobre a prostituição, dar voz às mulheres prostitutas e garantir melhores condições de trabalho e possibilidades de mudanças de vida àquelas cujo desejo é deixar a prostituição. Essas conquistas e avanços, entretanto, estão longe de contemplar todas as mulheres inseridas no mercado do sexo e a atuação de muitos desses grupos e agentes é limitada aos seus recursos.

No campo jurídico, uma importante conquista para as prostitutas e para todas as mulheres foi uma atualização realizada no Código Penal, em 1988, desfazendo a divisão entre as denominadas “mulheres honestas” e “mulheres perdidas”. Essa diferenciação garantia impunidade à violências como o estupro quando praticadas contra as “mulheres perdidas” (AFONSO; SCOPINHO, 2013). Além disso, em 2002, a partir dos mais frequentes debates acerca do reconhecimento da prostituição como uma profissão como outra qualquer, houve a classificação formal, junto ao Ministério do Trabalho, da atividade, além do surgimento de novos estudos, debates e propostas em torno de sua regulamentação.

A prostituição não é e nunca foi regulamentada ou reconhecida como profissão no Brasil, porém está presente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), instituída pela Portaria Ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002 (BARRETO; GROSSI, 2012). O documento reconhece, nomeia e codifica as diversas atividades profissionais existentes em todo o país, sem diferenciação entre as profissões regulamentadas e as de livre exercício profissional. Sua inclusão na CBO dentro da categoria de “prestadoras de serviço” deu às prostitutas um novo status a partir do reconhecimento formal de seu trabalho e atuação.

A família “profissionais do sexo” engloba diferentes formas de trabalho que se encaixam sob este nome e estão inseridas dentro do mercado do sexo: garota de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhador do sexo. Apesar de não assegurar direitos trabalhistas, a inserção da atividade na CBO foi de grande importância tanto para o reconhecimento das trabalhadoras do mercado do sexo enquanto profissionais, quanto pela possibilidade de cadastro no INSS e acesso à previdência, o que garante à essa classe, historicamente privada de direitos básicos, acesso à certos benefícios.

Pouco tempo antes de sua inclusão na CBO, em 1997, foi apresentado o primeiro Projeto de Lei com o objetivo de regulamentar a prostituição no Brasil. O PL 3436/97 fora apresentado pelo deputado Wigberto Tartuce e se constitui em um projeto simples, que prevê a regulamentação do livre exercício da atividade da prostituição que ocorre “em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor” (BRASIL, 1997, p. 57), para pessoas maiores de 18 anos com a possibilidade de sua inserção na seguridade social. Chama a atenção na proposta o artigo 3º, que dispõe sobre as obrigações das profissionais dos sexo:

Art. 3º É obrigatório aos profissionais de que trata esta lei o cadastramento em unidades de saúde e o exame mensal para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Parágrafo único. Os exames referidos no caput deste artigo deverão ser devidamente anotados em cartão de saúde de acompanhamento de doenças sexualmente transmissíveis. (BRASIL, 1997, p. 57)

Observa-se que a proposta, apesar de apresentar-se também como uma forma de reconhecer a cidadania e garantir direitos básicos às prostitutas, visa, principalmente, proteger a sociedade, abordando a prostituição a partir de uma visão sanitária. O projeto acabou por não ganhar destaque no congresso e foi arquivado.

Em 2003, uma nova proposta de regulamentação da prostituição foi apresentada: o PL 98/03, do então deputado federal pelo PV-RJ, Fernando Gabeira, propunha a regulamentação da prostituição e a supressão dos artigos 228 (favorecimento da prostituição), 229 (manter casa de prostituição) e 231 (tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual) do Código Penal (BRASIL, 2003). O projeto gerou debates e desacordos em diversos grupos de mulheres prostitutas, dentre os quais o Grupo Mulher, Ética e Libertação (GMEL), que em 2005 foi até Brasília reivindicar a não aprovação do projeto e a criação de políticas públicas específicas para as mulheres em situação de prostituição. O projeto acabou sendo arquivado no mesmo ano, não tanto pelo apelo das prostitutas, mas ainda por uma visão conservadora acerca da prostituição que entende que “a venda do corpo é algo não tolerado pela sociedade. A integridade sexual é bem indisponível da pessoa humana e, portanto, não pode ser objeto de contrato visando a remuneração” (BRASIL, 2003, p. 2).

A última tentativa de regulamentar a prostituição data de 2012, em um projeto de lei apresentado pelo então deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), a PL 4211/2012, que foi arquivada em Janeiro de 2019. A PL traz os argumentos de que a regularização iria ajudar na inclusão social das prostitutas, além de garantir que elas estejam protegidas judicialmente em caso de conflito com os clientes (BRASIL, 2012). Um ponto da lei que sofreu críticas severas

de lideranças de movimentos de prostitutas no Brasil foi em relação ao percentual de repasse para as casas de prostituição, podendo esse chegar até 49% do valor do programa. O que à primeira vista pode parecer razoável se torna um ponto de grande inquietação ao considerarmos que mulheres mais velhas e racializadas recebem valores menores por seus serviços.

No geral, a questão da regulamentação da prostituição divide opiniões entre lideranças e organizações de mulheres prostitutas. Enquanto algumas são favoráveis, alegando que a regulamentação traria mais segurança, reconhecimento e direitos, há quem se posicione de forma contrária sob o argumento de que a normatização serviria apenas para regularizar aqueles que já se beneficiam da exploração das prostitutas, além de apresentar um risco maior de exclusão social das mulheres que não se incluiriam tão facilmente no então regularizado mercado do sexo no Brasil, podendo cair na ilegalidade.

Dado isso, vale agora explicitar o modelo legal vigente a respeito da prostituição no Brasil e demais modelos possíveis. No âmbito conceitual-jurídico, existem quatro vertentes diferentes que avaliam a legalidade da atividade sexual remunerada: proibicionistas e abolicionistas, que consideram o meretrício como uma forma de exploração; regulamentaristas e laborais, que defendem certos níveis de controle por parte do Estado do ofício. Para o primeiro grupo, os proibicionistas, a prostituição deve ser classificada como uma prática criminosa e combatida através da repressão penal. O abolicionismo, menos radical, prega que o combate deve existir quando há exploração da atividade. O regulamentarismo, por sua vez, defende que haja um controle sanitário e organizacional na ação das prostitutas, ou seja, a liberação da prática a partir do cumprimento de determinadas normas regulamentadas pelo Estado. Por fim, o grupo laboral, acredita que a prostituição deve ser regida pelas leis trabalhistas vigentes, como em qualquer outra profissão. O Brasil exerce o abolicionismo, uma vez que a cafetinagem é considerada um crime, mas a prostituição é tolerada. (SILVA, XIMENES, 2017).

Acerca dos motivos que levam uma pessoa à prostituição, esses são muitos. Enquanto a atividade se apresenta como uma possibilidade atrativa de ganho rápido e expressivo de renda, sem amarras empregatícias, principalmente para mulheres jovens e brancas que desejam usufruir (e lucrar) livremente de sua sexualidade, para muitas outras mulheres a prostituição é uma solução possível para suprir suas necessidades financeiras imediatas, não um sonho ou um desejo real, mas uma possibilidade na ausência de outras.

2.2. As vulnerabilidades que permeiam a prostituição

Apesar de compreendermos a prostituição como um campo vasto e diverso, que abarca pessoas em diferentes situações e com diferentes motivações, nesse momento daremos destaque a uma motivação em especial: a miséria.

Muitas mulheres chegam na prostituição a partir de conhecidos, amigos, familiares, ou até por acaso, e encontram nela uma solução momentânea e possível para saudar dívidas, pagar aluguel ou garantir a alimentação de sua família. Há relatos, também — e especialmente antes de ser instituída a PEC das Domésticas⁶ — de mulheres que costumavam trabalhar como empregadas domésticas e encontraram na prostituição uma possibilidade em que enxergavam maior dignidade e flexibilidade de trabalho, uma vez que, enquanto prostitutas, elas são donas de si e suas próprias patroas. Além disso, muitas mulheres que deixam o sistema prisional encontram na prostituição sua única possibilidade de sustento, mulheres que já viveram em situação de rua também tem nesta atividade um meio possível, e talvez o único que veem ao seu alcance, de assegurar um teto para si.

[...] algumas compararam a prostituição com as outras opções de trabalho para negras, pobres, de baixa escolaridade, dizendo que preferem se prostituir por haver nesta ocupação mais possibilidade de autonomia do que em outras, como de ser doméstica (“a doméstica tem que aguentar tudo calada”, “fazer tudo que mandam”). Mas mais frequentes são as justificativas como pagar a faculdade (entre as de classes mais altas) ou sustentar os filhos (entre as de classes mais baixas). (BARRETO e GROSSI, 2012, p. 11)

Cabe observar ainda que, além de vulnerabilidades sociais decorrentes da pobreza inerente a muitas trabalhadoras do sexo, muitos aspectos da violência contra a mulher se concretizam de maneira distinta na vida daquelas que se encontram em situação de prostituição. Não só pela exposição física que é intrínseca à atividade, mas também pelos efeitos permanentes oriundos desse tipo de prática e decorrentes das condições em que ela ocorre.

[...] Um estudo realizado pela Rede Oblata que verificou que 61% dessas mulheres já sofreram violência no exercício de sua atividade, sendo “39%, violência física; 27%, a sexual; 52%, a psicológica; 52%, a moral; 17%, a patrimonial e 13%, a institucional”. (OBLATA, 2020 *apud* CAMPOS, 2023, p. 36)

⁶ Proposta de Emenda à Constituição nº 72/2013, em vigência desde abril/2013 prevê a extensão, aos empregados domésticos, da maioria dos direitos já previstos atualmente aos demais trabalhadores registrados com carteira assinada (em regime CLT). Esses direitos são listados atualmente no artigo 7º da constituição Federal, como por exemplo a jornada de trabalho limitada a 8 horas diárias e 44 horas semanais, pagamento de horas extras, entre outros.

Não obstante os riscos impostos pela atividade, não é incomum que a prostituição se cruze com atividade criminosas, uma vez que o agenciamento de mulheres e a cafetinagem, condições sob as quais muitas prostitutas exercem seu trabalho, são ilegais. Além disso, zonas de meretrício Brasil afora muitas vezes contam com a exploração sexual de meninas abaixo dos dezoito anos, o que faz com que o país registre cerca de 500 mil casos denunciados por ano, sem contar subnotificações (ALVES, 2021). Ademais, o tráfico de pessoas, assim como outras formas de exploração sexual, não raramente também alimentam e se beneficiam do mercado do sexo.

Crianças e adolescentes, geralmente garotas, são forçados a prostituição de diferentes formas. Muitas vezes alguém da família organiza encontros sexuais para suas filhas na própria casa. Estatísticas da ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência) indicam que 11,5% dos casos prostituição infantil relatados estão relacionados à Exploração Sexual Comercial de Crianças dentro da própria família (ONU, 2003). Em outros casos, crianças e adolescentes se prostituem nas ruas, principalmente em vias onde há um maior fluxo de homens que costumam passar longos períodos de tempo longe de suas casas e em deslocamento. Entre os locais mais críticos, estão os portos, grandes construções, estações de patrulhamento e grandes rodovias com tráfego intenso de caminhões.

Um dos principais agravantes para a exploração sexual de crianças é o turismo sexual, que se consolidou no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, período no qual os folhetos oficiais de promoção do país para estrangeiros exploravam a mulher como um atrativo turístico (DE LIMA, 2019). O turismo sexual envolve exploração sexual, normalmente de grupos vulneráveis, como menores de idade, pessoas sem outra opção de sustento e minorias, como transexuais e travestis. Meninas pobres, moradoras das regiões periféricas e precárias ao redor dos grandes centros acabam por ocupar as principais ruas e avenidas para se oferecerem como mercadoria barata neste mercado do sexo que se estabelece em endereços turísticos por todo o Brasil, principalmente nas praias nordestinas.

Outro fato notório no país é o tráfico de pessoas. O Brasil é considerado um país fornecedor tanto para o tráfico interno como para o internacional. A Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes (PESTRAF), realizada no fim de 2002, estudou sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual no Brasil, identificando 241 rotas nacionais e internacionais de tráfico. Observa-se, também nesse caso, que a pobreza e a desigualdade social estão intimamente relacionadas a maiores concentrações de rotas de tráfico humano, tal qual observa-se nas regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste do Brasil. Esse tráfico envolve o movimento de pessoas da área rural para as cidades, de áreas menos desenvolvidas para as mais industrializadas e de territórios remotos para áreas urbanas.

Pessoas traficadas para fins sexuais são predominantemente do sexo feminino e adolescentes de origem negra, com idade entre 15 e 17 anos, correspondendo à cerca de 30% do total de pessoas traficadas, 80% das mulheres traficadas são mães. Isso vem mostrar como as mães vão para a prostituição somente para poder assegurar a sobrevivência dos filhos (LEAL; LEAL, 2002). Esses dados também indicam que essas mulheres são a única fonte de renda dessas crianças.

Vale reforçar, agora, que prostituição e exploração sexual não são a mesma coisa: a prostituição, como mostrado anteriormente, é um ofício legalizado e reconhecido pelo ministério do trabalho enquanto as formas de exploração e violência sexual são crimes previstos no código penal. Entretanto, essas realidades constantemente se cruzam, podendo ocorrer até nos mesmos ambientes, da mesma forma como é comum que pessoas introduzidas no mercado do sexo a partir da exploração de seus corpos, permaneçam nele por escolha própria ou por falta de outras perspectivas.

É notório, ainda, que situações de exploração sexual, por vezes, não sejam enxergadas dessa maneira pela “vítima” (termo aqui empregado entre aspas devido ao embate conceitual travado perante a visão judicial e a de quem vivencia a experiência referida em alguns casos). Apesar de haver uma definição formal sobre a maioridade, por exemplo, muitas garotas são incumbidas desde cedo com tarefas e responsabilidades adultas, o que dá à elas a perspectiva e o sentimento de serem mulheres-feitas antes de chegarem aos 18 anos de idade. Dessa forma, não é incomum relatos de mulheres que se iniciaram na prostituição por meio da exploração de seus corpos quando ainda adolescentes, porém, por sentirem-se já adultas, não viam na atividade uma forma de exploração.

Apesar de, na maioria dos casos, se iniciarem jovens, é comum que mulheres de classes mais baixas permaneçam na prostituição até atingirem idades avançadas. Barreto e Grossi, a partir de uma pesquisa realizada com prostitutas em Belo Horizonte, apontam, justamente, que a permanecia na prostituição é mais comum para mulheres racializadas e de classes mais baixas (2012).

Em relação à geração, são comuns mulheres de mais idade que continuam trabalhando na prostituição, principalmente as de classes mais baixas (algumas de minhas entrevistadas estavam na faixa dos 50 ou 60 anos). (BARRETO; GROSSI, 2012, p. 10)

Em São Paulo, os arredores da Estação da Luz são um conhecido ponto de prostituição de mulheres mais velhas (MACHADO, 2018). São mulheres que geralmente têm mais de 40 anos, baixa escolaridade, pele preta, garantem a principal fonte de renda da família e encontraram na situação de prostituição a tentativa do sustento de filhas, filhos, netos e, às vezes, até bisnetos. Muitas vêm de outros estados buscar oportunidades em São Paulo, viveram ou ainda vivem em situações de abuso doméstico ou no trabalho. Sem formação profissional — muitas não têm sequer alfabetização, elas buscam uma fonte de renda em meio à precarização e vulnerabilidade da atividade.

A prostituição na região da Luz e do Bom Retiro é histórica e data, pelo menos, do início do século 20, quando houve um plano de confinamento da atividade na região e a formação da “Boca de Lixo”. É sobre a prostituição que ocorre nessa área, sobre as mulheres que lá frequentam e as narrativas acerca delas que nos debruçarmos neste trabalho.



Trajetórias da prostituição no Bom Retiro

3. TRAJETÓRIAS DA PROSTITUIÇÃO NO BOM RETIRO

3.1. Uma “chaga” no centro de São Paulo

Ao menos desde o século XIX, a prostituição tem sido uma presença significativa na região central de São Paulo, crescendo em consonância com o desenvolvimento da cidade. A atividade, entretanto, era vista como uma mancha no avanço da sociedade paulistana, uma “chaga” a ser combatida, que ameaçava a moral e bons costumes da alta sociedade do período, a pureza de suas moças e a saúde da população com a suposta disseminação de ISTs (RIZZO, 2017), sendo, portanto, motivo de inquietação e debates envolvendo políticos, médicos, juristas, policiais, serviços assistenciais, entre outros.

Entre meados do século XIX e o início do século XX, as grandes cidades brasileiras passaram por transformações significativas em sua paisagem urbana, em uma tentativa de acompanhar o progresso, a modernidade e a “civilização”, espelhando-se nas sociedades europeias,

A modernidade imaginada e almejada era explicitada na eliminação do que se considerava “atraso colonial”, com o combate aos costumes e usos tradicionais, e na construção de uma nova imagem da cidade, livre das ruelas estreitas e sujas, da população negra e pobre que vagava pelo centro da cidade, do odor fornecido pelos animais que circulavam pelas ruas, do comércio ambulante com pouca higiene e das epidemias que aterrorizavam os estrangeiros que aqui chegavam. (GRUMAN, 2006, p. 83)

Soma-se a isso a crescente participação de mulheres na esfera da vida pública e em ambientes que eram, quase exclusivamente, masculinos. Aumentou a presença feminina em fábricas e como trabalhadoras em demais serviços, ao mesmo tempo em que passaram a consumir as novas formas de lazer que se inauguravam nas cidades, estreando sua presença em salões, cinemas e teatros e deixando de estar restritas às missas e espaços do convívio fechados (RAGO, 1992). A mulher prostituta era uma das figuras femininas a ocupar espaços públicos e compor o cenário urbano. A prostituição, por sua vez, sempre foi parte das ruas, bares, boates, casas de prazer e demais espaços que representam a boêmia, comportamentos desviantes, indesejados e estigmatizados. Tendo isso em vista, tornou-se de grande importância para vários setores da sociedade “instituir rígidos códigos morais de conduta, visando definir claramente as barreiras simbólicas entre os espaços sociais da ‘jovem de família’ e da meretriz” (RAGO, 1992, p. 3).

O desprezo pela prostituição e o medo da ameaça que ela impunha às moças de família no período resultou em várias tentativas de regulamentação, controle e até expulsão das

trabalhadoras do sexo, a fim de ocultá-las dos olhares da sociedade. Uma forma de limitar e regulamentar a atividade foi a partir da repressão contra grupos que exploravam as mulheres, por meio da criminalização do lenocínio no Código Penal de 1890, como já mencionado anteriormente. Demais ações nesse sentido, entretanto, seguiram rumos mais opressores às prostitutas e às mulheres em geral. Cresceram narrativas masculinas que visavam regular o comportamento das mulheres de família, alertando-as contra o uso “exagerado” de perfumes, jóias e roupas mais sensuais, associados, então, à cortesã, à “mulher pública”, aquelas que se valiam de tais recursos como forma de agregar valor aos seus corpos, que eram apresentados e vendidos como mercadoria (GRUMAN, 2006).

A repressão à prostituição, apesar de atrelada à uma ideia de “proteger” a alta sociedade das mazelas da atividade, relaciona-se, principalmente, à processos de gentrificação que ocorriam e causavam o isolamento de espaços de prostituição, assim como de outras atividades associadas à população pobre. O foco das medidas, portanto, não era a prostituição de luxo, mantida por chiques cafetinas europeias e que tinha como público políticos, fazendeiros, empresários, advogados, médicos ou demais profissionais de alto escalão.

A indústria do prazer para os ricos era simbolizada pela figura da cortesã “francesa” e pelo consumo de champanhe. Estas prostitutas gozavam de um nível de vida elevado por conta dos presentes recebidos (roupas e jóias) e do preço que cobravam pelos serviços prestados. O rico empresário ou o político influente, ao consumir o corpo da meretriz “francesa”, consumia, sobretudo, um estilo de vida considerado moderno e civilizado. (GRUMAN, 2006, p. 87)

Por outro lado, o baixo meretrício, composto por mulheres e homens pobres e que ocorria nas ruas, bares e esquinas, ao alcance dos olhos da sociedade, sofreria com as medidas de controle e repressão impostas na época. Da mesma forma, demais comércios e atividades mantidas pela população menos abastada também passaram por processos de controle, repressão e expulsão sob políticas de saneamento, higienização e moralização empreendidas pelo poder público, que considerava essa camada social e seu modo de vida incompatíveis com os projetos de progresso e modernidade idealizados para as grandes cidades de então (RIZZO, 2017).

Havia, então, o embate em torno de três projetos de modelos possíveis para lidar com a prostituição: o proibicionismo, o regulamentarismo e o abolicionismo. O primeiro implicaria na proibição da atividade, punindo não apenas a exploração do lenocínio — como passou a ser feito a partir de 1890 — mas também a prostituta. Os regulamentaristas,

entendendo a prostituição como um “mal necessário” e inspirando-se no modelo adotado na França a partir de 1803, propunham um sistema no qual as meretrizes fossem registradas e confinadas em zonas próprias para a prostituição, sob controle policial e sanitário do Estado. Por fim, os abolicionistas eram contrários à interferência do Estado em assuntos que consideravam da esfera privada, o que, segundo eles, era contrário às liberdades individuais. Esse movimento originou-se na Inglaterra, encabeçado por Josephine Butler, em 1874, e reivindicava a “extinção da Polícia de Costumes, a não punição das prostitutas, como também, a supressão dos registros oficiais e a luta contra os exploradores do lenocínio” (RIZZO, 2017, p. 25-26).

No período em questão, na virada do século XIX para o século XX, houve uma maior aderência ao modelo regulamentarista e em 1897, sob a autoria do delegado Cândido Motta, influente jurista e político, um dos principais criminólogos à época, foi instituído o primeiro projeto para regulamentar a prostituição na cidade (*Ibid.*, 2017). Outros projetos já haviam sido apresentados, porém não foram levados adiante e, mesmo sem um projeto definido, outras providências policiais já haviam sido tomadas a fim de controlar a “conduta escandalosa das meretrizes nas ruas públicas” (FONSECA, 1982, p. 168). O delegado, por sua vez, era contrário à regulamentação oficial da prostituição por parte do Estado, considerava-a um mal que não poderia ser resolvido por meio da regulamentação, contudo, condenava deixar as mulheres atuando livremente pelas ruas. Tendo isso em vista, elaborou o Regulamento Provisório da Polícia de Costumes de 1897, que definiria o seguinte:

- a) que não são permitidos os hotéis ou conventilhos, podendo as mulheres públicas viver unicamente em domicílio particular, em número nunca excedente a três;
- b) as janelas de suas casas deverão ser guarneidas, por dentro, de cortinas duplas e, por fora, de persianas;
- c) não é permitido chamar ou provocar os transeuntes por gestos ou palavras e entabular conversação com os mesmos;
- d) das 6hs da tarde às 6hs da manhã nos meses de Abril e Setembro, inclusive, e das 7hs da tarde às 7hs da manhã nos demais, deverão ter as persianas fechadas, de modo aos transeuntes não devassarem o interior das casas, não lhes sendo permitido conservarem-se às portas;
- e) deverão guardar toda decência no trajar uma vez que se apresentem às janelas ou saiam à rua, para o que deverão usar de vestuários que resguardem completamente o corpo e o busto;
- f) nos teatros e divertimentos públicos que freqüentarem deverão guardar todo o recato, não lhes sendo permitido entabular conversação com homens nos corredores ou nos lugares que possam ser observados pelo público (MOTTA, 1897 *apud*. RIZZO, 2017, p. 27)

O regulamento previa ainda a criação de um livro de registro das prostitutas que continha informações pessoais como nome, idade, endereço, nacionalidade, além de designar um número de cadastro a cada meretriz registrada. As propostas elaboradas por Cândido Mota, portanto, impunham regras de conduta e de trabalho às prostitutas, que ainda poderiam realizar suas atividades e permanecer morando nas regiões centrais da cidade, desde que passassem despercebidas pelas famílias paulistanas (RIZZO, 2017). Em 1907, a fim de limitar ainda mais o baixo meretrício, foi proibida a prostituição em determinadas ruas do centro de São Paulo por meio do artigo 41, nº XVII, do decreto nº 6.440, de 30 de março de 1907, que permitia à autoridade policial agir "da forma que julgar mais conveniente ao bem-estar da população à moralidade pública" (NAPPI, 2021, p. 284).

A partir de 1924, houve uma reestruturação das polícias por meio da lei estadual nº 2.034, que põe sob a responsabilidade da Delegacia de Costumes o controle e fiscalização dos territórios de prostituição, além de haver o reconhecimento formal das casas de tolerância perante a lei, que passam a ser os principais locais de prostituição feminina (FELDMAN, 1988).

Como mencionado anteriormente, entretanto, as medidas de repressão, controle e confinamento da prostituição ocorriam em consonância com processos de gentrificação e expulsão da população pobre do centro da cidade. Acerca disso, a historiadora Margareth Rago, ao analisar a prostituição na *Belle Époque* paulistana nas décadas de 1890 a 1930, observa que as medidas regulatórias recaiam justamente sobre o baixo meretrício:

Embora Cândido Motta repetisse os argumentos que os seus opositores, os abolicionistas, lançaram contra o regulamentarismo, então ultrapassados nos países europeus, sua proposta continha uma série de medidas que visavam a confinar o comércio do prazer num espaço determinado da cidade. No entanto, não se cogitava da prostituição de luxo, como ironizará explicitamente Hilário Tácito, em seu romance *Madame Pomery*, nem da fiscalização dos bares e bordéis elegantes de São Paulo. (RAGO, 2008 *apud* RIZZO, 2017, p. 29)

Em paralelo com as medidas regulatórias, intervenções urbanísticas empreendidas na época foram responsáveis por constantes remoções ao pôr abaixo cortiços, moradias precárias, bordéis e demais construções indesejadas para dar espaço para modernos empreendimentos e para a ampliação de ruas e avenidas. O baixo meretrício, então, viu-se forçado a deslocar-se continuamente ao longo do centro de São Paulo, conforme estabelecia-se e era novamente expulso devido a obras que ampliavam espaços públicos e

criavam novas zonas de lazer para as classes mais abastadas. Um trecho retirado do jornal “Folha da Manhã”, de 1936, evidencia o efeito das mudanças urbanísticas sobre o baixo meretrício com a destinação das ruas e avenidas modernizadas ao passeio e lazer da alta sociedade paulistana (RIZZO, 2017).

Há, na Capital uma zona do meretrício. Era na antiga rua de S. José, depois Libero Badaró. Passou-se, depois para Senador Feijó. Desta para Tymbiras, Ipiranga, Amador Bueno, etc. Agora, avança para os lados da Luz. Com o plano de prolongamento da Tymbiras até a Luz a Prefeitura conseguiu há uns dois anos atrás, limpar essa via publica, dali fugindo o meretrício. Da Ipiranga, a polícia logrou expulsar as diversas casas suspeitas ali fixadas. Ficou a Amador Bueno com seu cortejo de misérias. Desembocando no largo Paysandu, chega até essa praça o sórdido movimento dessa via, dando de São Paulo uma impressão pouco lisonjeira. Hoje a avenida São João é o ponto mais elegante da metrópole. É ali que se concentram os grandes cinemas. A noite e, mesmo à tarde, grande é o vae-e-vem de povo, que procura essas casas de espectáculo. Em não pequeno numero, também, são os hotéis, os restaurantes, os cafés nesse trecho situados. A rua Amador Bueno constitue uma nódoa nesse recanto da cidade. Quem passa de omnibus junto ao antigo Hotel Suisse, assiste, sem querer, a scenas degradantes, como fomos testemunhas uma noite destas. E o omnibus “circular” estava repleto de famílias. A polícia de costumes precisa acabar com a zona do meretrício, regulamentando melhor o problema, consoante o progresso a que já atingimos. São Paulo metrópole civilizada, já não comporta tais bairros, onde moram o vicio e o crime (Jornal “Folha da Manhã”, 1936, *apud* RIZZO, 2017, p. 31).

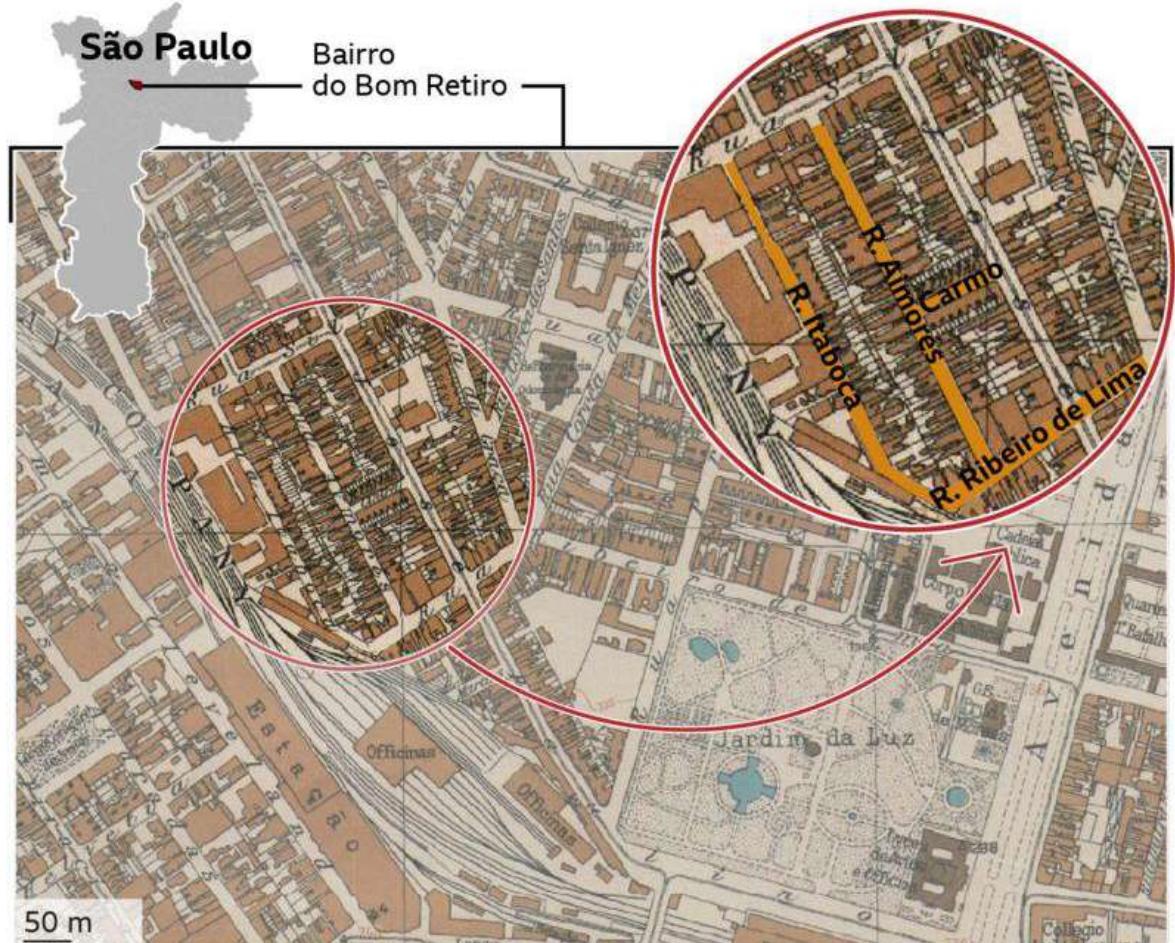
3.2. O prazer confinado

Até então observamos um deslocamento do meretrício no centro da cidade de São Paulo sob pretexto de reformas urbanísticas e melhoramento de espaços públicos. Já a partir de 1940, com a Ditadura do Estado Novo, a postura do Estado em relação à prostituição torna-se ainda mais severa. Uma ordem do interventor do estado de São Paulo, Adhemar de Barros, instruiu que fosse realizada a transferência e confinamento compulsório das meretrizes e casas de prostituição concentradas nas ruas centrais da cidade para o bairro do Bom Retiro. Amparado pelo governo “autoritário e policialesco” de Getúlio Vargas, o governo de São Paulo pode enfim romper com a barreira ético-legal que, até então, havia limitado as ações do Estado de controle e cercamento da prostituição (RIZZO, 2017).

Criou-se então a zona de confinamento do meretrício no bairro do Bom Retiro, nas ruas Itaboca e Aimorés. O endereço, cercado pelo paredão da linha de trem das ferrovias Sorocabana e Santos-Jundiaí, delimitado nas laterais pelas ruas Silva Pinto e Ribeiro de Lima, possuía a configuração ideal para manter a zona confinada e em permanente estado de vigilância policial e sanitária, dando aos aparatos do estado total controle sobre quem entrava

ou saía de lá (FONSECA, 1982). O confinamento, além de retirar as prostitutas da circulação nas demais áreas centrais da cidade, esvaziou as casas de tolerância presentes no centro, deixando os imóveis, que estavam em franca valorização devido ao “Plano Avenidas”, disponíveis (RIZZO, 2017).

Figura 4: Zona de prostituição do Bom Retiro entre 1940 e 1953



Fonte: BBC⁷

⁷ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c809r452n4yo>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Figura 5: As “vitrines” da zona de meretrício do Bom Retiro



Fonte: FURLAN, 1955 (RIZZO, 2017, p. 78)

A escolha do bairro do Bom Retiro para o confinamento da prostituição relaciona-se ainda com outra questão relevante ao período: as comunidades judaicas e polacas existentes no bairro, vistos pelo governo como um gueto étnico e resistente à assimilação (FELDMAN, 1988). Em São Paulo, o termo “polaca” estaria associado a meretrizes loiras vindas de países do leste europeu, não necessariamente polonesas ou judias — uma figura romantizada pela população da época acostumada, até então, com prostitutas escravizadas e ex-escravizadas negras. Suas origens, entretanto, não tinham tanto glamour e mistério, ao contrário do que parte da população acreditava.

No extremo oposto desta realidade, há histórias de vida pautadas pela miséria e pela exploração desregrada daquelas que ficaram conhecidas como “polacas”. A partir dos anos 1880, passam a ser recrutadas, acompanhando a tendência geral do tráfico de mulheres, nos países da Europa oriental e da Europa mediterrânea. As “polacas” sintetizavam a imagem das mulheres pobres oriundas das regiões agrícolas e industrialmente atrasadas do continente europeu. (GRUMAN, 2006, p. 87)

A prostituição na época, com o grande número de mulheres imigrantes pobres e fugidas da guerra na Europa ou traficadas para o país que compunham o meretrício, acabou associada à população judaica e ao bairro do Bom Retiro.

[...] na década de 1930, existia em São Paulo uma zona de prostituição no bairro do Bom Retiro, perto do qual se concentrava a maior parte da população judaica da cidade naquela época, bem como suas entidades. A vizinhança das prostitutas e seus agenciadores (muitas vezes, maridos ou amantes) representava um perigo de estigmatização da comunidade como um todo num momento em que ela se constituía e se fazia necessária a construção de uma identidade judaica e, sobretudo, de uma imagem positiva perante a população nativa. Para solucionar o “problema”, os integrantes do grupo estigmatizado estavam proibidos de participar de qualquer atividade nos órgãos da comunidade judaica e passaram a ser identificados como “as polacas” (incluindo as cafetinas) e “os polacos”, ao passo que o establishment comunitário reforçava sua identidade em oposição ao perigo do estigma. (GRUMAN, 2006, p. 93)

Acerca disso, chama atenção, também, o fato de que a maioria das mulheres fichadas nos arquivos da Delegacia de Costumes eram brancas. Segundo o delegado Guido Fonseca, em 1922, havia 3.529 prostitutas registradas no Gabinete de Investigações e Capturas, das quais 1.936 eram brasileiras. Já em 1936, a polícia estimava que o número total de mulheres trabalhando como meretrizes na cidade era de 10.000 mulheres, das quais 4.608 eram brasileiras, sendo 647 mulheres pretas e outras 1.150 pardas (ROSIN, 2017). Mulheres imigrante e brancas, portanto, compunham a maioria das mulheres que estavam regularmente, ou em maior evidência, atuando na prostituição. Nesse caso, onde estavam as mulheres pretas e pardas que historicamente constituem maioria nesse ofício dentro do país?

A pesquisadora Maíra Cunha Rosin, ao investigar a presença de mulheres negras e pardas na prostituição no período, deparou-se com inquéritos policiais envolvendo essas figuras. Sabe-se que se tratavam de meretrizes pois em seus relatos afirmavam trabalhar em bordéis, entretanto, salta aos olhos que a maioria das mulheres negras envolvidas informavam à polícia suas profissões como “domésticas”. Além disso, em todos os casos relacionados à prostituição levantados pela pesquisadora, “as mulheres negras são as únicas cujo ofício de meretriz não é exercido no mesmo local de suas moradias, o que nos provoca a ideia de que a prostituição fosse apenas parte de suas vidas” (ROSIN, 2017, p. 84).

Tais levantamentos de histórias e casos de pequenos crimes registrados pela polícia nos quais há o envolvimento de mulheres pretas que exerciam o meretrício, porém declaravam suas profissões como “domésticas”, nos levam a crer que o registro de mulheres negras na prostituição era menor que o real. Ao que parece, essas mulheres possuíam outras

profissões (domésticas na maioria dos casos analisados) e tinham na prostituição uma forma de complementar a renda, exercendo-a, inclusive, fora de sua moradia, o que na época era a prática comum. É possível que preferissem declarar suas profissões apenas como “domésticas” para fugir dos estigmas empregados sobre as “mulheres da vida”. Acerca disso, Rosin ainda ressalta que

A maior presença de mulheres brancas na prostituição também nos faz saltar aos olhos outras relações aí presentes. Perceber como os corpos das mulheres negras foram tratados durante todo o período escravista – e mesmo depois dele – faz saltar aos olhos as relações de dominação e usos aos quais tais corpos estavam sujeitos. Uma vez posse até o ano de 1888, os corpos das mulheres negras muitas vezes eram usados pelos homens que tinham delas não só controle, mas também a propriedade, gerando grandes mecanismos de violência que perpassaram também para as mulheres negras já libertas e por uma prática que se estendeu também para a visão destas mulheres enquanto trabalhadoras domésticas. Ou seja, as mulheres brancas – ainda que muitas não estivessem de forma alguma vinculadas ao “Alto Meretrício” e a grandes ganhos financeiros – se sobressaíam enquanto um corpo que deveria ser pago para a prostituição. (ROSIN, 2017, p. 81)

Para trabalhar e adentrar a zona de meretrício, controlada e vigiada pela Polícia de Costumes, era necessário que as mulheres se apresentassem à Delegacia de Costumes em busca de um registro oficial, que permitiria que exercessem o trabalho dentro da zona. Caso fossem pegas sem o devido registro, exercendo atividade fora dos limites estabelecidos, as prostitutas eram presas por vadiagem. Estima-se, entretanto, que enquanto cerca de 1.500 mulheres trabalhavam como “pensionistas” ou “avulsas” de forma registrada na zona confinada, cerca de 20 mil prostitutas trabalhavam de forma camouflada pela cidade (RIZZO, 2017). Muitas das mulheres que rejeitavam constar no registro da polícia, quando não eram presas, sofriam violência, repressão e extorsão pela polícia, situação que empurrava para a marginalidade aquelas que recorriam à prostituição como um ofício apenas eventual e transitório.

Os dados indicam que o confinamento não só não resolia a questão da prostituição e do controle das doenças sexualmente transmissíveis, como sua existência tornava-se uma forma de criminalizar as prostitutas pobres que viviam na zona, ao mesmo tempo em que estruturava uma rede de atividades criminosas, através tanto de alvarás de funcionamento para estabelecimentos que sabidamente exploravam o lenocínio e o jogo, como o pagamento regular de caixinhas através de extorsão da polícia. A Polícia de Costumes foi dado o poder total sobre a gestão da prostituição na cidade de São Paulo, não apenas como órgão repressor, mas também como a instituição burocrática que formalizaria seu funcionamento. O interessado em abrir um prostíbulo na zona confinada deveria se reportar ao delegado da Divisão de

Costumes através de requerimento no mesmo molde de um comércio lícito.
(RIZZO, 2017, p. 34)

Figura 6: Matéria de 1948 do Jornal Correio Paulistano sobre a prostituição no Bom Retiro

BAIRROS NA BERLINDA

Bom Retiro ou o mais difícil problema da urb

D TREMENDO PROBLEMA DO POPULOSO BAIRRO, DE TODOS CONHECIDO — A LAMENTAVEL INCURIA DE HA 4 ANOS CONTINUA A CAUSAR OS SEUS MALEFICIOS IMPUNEMENTE — PROVIDENCIAS QUE DEVEM SER TOMADAS URGENTEMENTE — MILHARES DE ESTUDANTES E FAMILIAS VIVEM ALI EM COMPLETA PROMISCUIDADE COM INDIVIDUOS DESCLASSIFICADOS — VILA FORMOSA, O PROXIMO "PRISIONEIRO"

O bairro de São Paulo sobre o qual recai, no momento, a maior soma de problemas é, sem dúvida, o Bom Retiro. Além de seus numerosos problemas urbanos, possui um que, a julgar-se pela censura de cartas que vimos recebendo de lá, é talvez o que uma constante a torturar cada um dos tristes moradores daquela zona. Esse problema, de resto, tem dado motivo a mais de uma reportagem e é personagem obrigatório no noticiário policial diário da imprensa bandeirante. Trata-se, como todos sabem, da localização ali do meretrício.

Despenhamo-nos agora, de recapitular todo o tremendo problema social que envolve esse desastre humano. Bom Retiro, em suma, é uma situação de fato, sépida e certa dentro do atual estado de coisas. O melhor que se tem a fazer é admiti-lo e procurar uma solução satisfatória para o bairro, pois de nada adiantaria debatermos tópicos no momento. A situação é esta: um populoso bairro da capital foi invadido, da noite para o dia, por uma infestação que atinge milhares de cidadãos ali residentes. Urge, portanto, encarar-se o problema sobre este aspecto.

Não invoca, também, ao excesso de pretender que se move uma campanha punitiva contra as *decadas* como pessoa humana. Todavia, é necessário e imprescindível que se encontrem meios suauíssimos para impedir-lhes de perturbar a normalidade da vida de milhares de cidadãos residentes nas imediações do seu redor.

OS COLEGIOS ATINGIDOS

Por lastimável incuria, quando se removeu a zona do *meretrício*, então localizada nas imediações do que hoje se convencionou chamar "Cinelandia", remetendo-a para as ruas do Bom Retiro, não se coube, ao que

dessa localização, para não se incorrer novamente no mesmo erro. O racional é que o bairro vizinho para a futura localização seja relativamente pouco populoso e de tempos em tempos à medida que a necessidade assimilar-se transfira a zona perdida para mais longe, sempre procurando recuar e não agravar o problema. A Vila Formosa, já se lembra, também, a solução dada no caso do Distrito Federal, isto é, prefabricado para a similitude de uma determinada localização. Nós sabemos, entretanto, a que tal solução conduziu a cidade do Rio de Janeiro.

Como se vê, o problema é seríssimo e só admite maiores drôngas. Todavia, repetimos, não estamos abrindo uma campanha contra essas infelizes mulheres, cuja fatalidade do destino amargou já constatado por si só um fardo penitencial. Nós sabemos que ninguém se dedica a uma vida dessas naturalmente espontaneamente. Há sempre uma conjuração de fatores influindo, concretizando, contra elas, inundando-as a dissolução.

De sorte que urge encararmos o problema humanamente de amores os laços, sobretudo do lado das mães da respeito ao fato que vimos de apontar — essas milhares de estudantes diariamente expostos à saída do pecado.

IMPEDIR QUE CIRCULEM

Em conversa com a nossa reportagem, o prof. Antônio Pratićo, antigo diretor da Escola de Comércio Tiradentes, conhecedor do bairro há 42 anos, sugeriu uma providência inicial bastante razoável. Disse-nos ele:

— Já que o problema é de difícil solução, ou pelo menos assim o entendem os nossos governantes, seria de toda conveniência que uma providência protetória fosse tomada: impedir que essas mulheres circulem durante o dia pelas ruas que constituem confluências de confluências para as escolas e, igual-

Sem estilizar dramático, pode-se dizer que nesta centena de casas está o reduto da perdição em São Paulo, cercado por uma densa de colégios.

Fonte: BNDigital⁸

O evidente fracasso do confinamento e controle do meretrício no bairro do Bom Retiro com os constantes abusos e extorsões policiais, a permanência da prostituição clandestina em demais áreas da cidade e a crescente degradação da imagem do bairro, fortaleceram narrativas favoráveis ao fim do confinamento. Comércios, colégios, moradores e demais instituições da região pressionavam o poder público pelo fim da zona desde sua instituição. Autoridades como vereadores, médicos, secretários de segurança e juristas apontavam o fracasso do controle policial, a dificuldade em manter os policiais longe de atividades ilícitas, além da ineficiência no controle quantitativo do meretrício e no combate às doenças venéreas (RECHTMAN, 2015).

⁸ Disponível em:

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_09&pesq=meretr%C3%A9cio%20deca%C3%AAddas&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=38862. Acesso em: 15 nov. 2023.

No campo do direito, as ilegalidades e contradições eram muitas. Rizzo aponta para o fato de que, apesar de não ser considerada crime pelo Código Penal de 1940, o Decreto Estadual que incumbia a polícia de fiscalizar e organizar o registro das meretrizes fazia com que as mulheres fossem fixadas como criminosas sem que estivessem cometendo crimes. O “estado que deveria protegê-las e combater a exploração do lenocínio, regulamentava diretamente seu funcionamento com os donos dos conventilhos” (RIZZO, 2017, p. 37).

3.3. Nasce a Boca do Lixo

O fracasso do confinamento da prostituição e a necessidade de por um fim à região, símbolo da devassidão e do atraso, na área central da cidade fizeram com que, no dia 30 de dezembro de 1953, o governador Lucas Nogueira Garcez expedisse uma ordem de fechamento da zona de meretrício e de todas as casas de tolerância da região. No dia 31 de dezembro, em uma intervenção violenta, a Polícia de Costumes e a Força Pública fizeram valer sua ordem: cercaram a zona impedindo a entrada de pessoas externas e forçaram o deslocamento das prostitutas que lá residiam e trabalhavam. Estima-se que havia cerca de 650 mulheres residentes de 161 prostíbulos (RIZZO, 2017).

O despejo não foi aceito pacificamente pelas mulheres que, inconformadas com a expulsão, saíram às ruas em protestos “gritando impropérios, rasgando suas roupas, atirando móveis pelas janelas, incendiando cadeiras e mesas” (*Ibid.*, 2017, p. 73). Algumas mulheres, ainda, furaram o bloqueio policial chegando à rua José Paulino, onde entraram em conflito com comerciantes. Três mulheres — Arinda, Guiomar e Alice — foram atingidas com uma barra de ferro e acabaram hospitalizadas em estado grave e uma, Antônia, moradora da rua Aimorés, faleceu devido a um colapso.

Figura 7: Reportagem do Jornal Folha da Tarde, do dia 04 de janeiro de 1954, mostrando os protestos das mulheres expulsas da zona de confinamento do Bom Retiro



Fonte: Jornal Folha da Tarde (RIZZO, 2017, p. 82)

Figura 8: Matéria do Jornal Diário da Noite sobre a revolta das meretrizes



Fonte: BBC⁹

Expulsas do Bom Retiro e sem ter para onde ir, as mulheres voltaram a se dispersar pela região central de São Paulo, ocupando as ruas dos bairros da Luz, Campos Elíseos e Santa Efigênia. Em uma tentativa de apagar da memória da cidade os dias da zona de confinamento, foram dados novos nomes às ruas que formavam a zona, sendo o mais emblemático deles o nome dado à rua Aimorés: Prof. Cesare Lombroso, célebre criminalista e eugenista que desenvolveu a teoria que afirmava que pessoas criminosas possuíam características natas, principalmente físicas (RECHTMAN, 2015).

Em 1954, a cidade de São Paulo contava com 2.817.600.167 habitantes, muitos deles migrantes de outras regiões do Brasil, que chegavam em grande número. Entre os anos de

⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c809r452n4yo>. Acesso em 13 nov. 2023

1951 a 1955 registrou-se a entrada de 762.707.168 migrantes de diversos estados (RIZZO, 2017). O crescimento exponencial de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1950, com a imensa chegada de imigrantes e o consequente aumento, também, no número de mulheres em situação de prostituição, deu à ocupação do centro pelas meretrizes novas características, diferenciando esse novo momento da prostituição na cidade daquele vivido antes da zona de confinamento.

[...] a mudança em curso diferenciava-se pela proporção com a qual o chamado submundo, composto por prostitutas, cafetinas, rufiões, malandros, punguistas, traficantes, jogadores, policiais e boêmios ocupariam a área circunscrita pela rua dos Timbiras, Avenida São João, Avenida Duque de Caxias, Largo General Osório e rua dos Protestantes, transformando um gigantesco quadrilátero no maior território do baixo meretrício já existente na cidade. (RIZZO, 2017, p. 97)

Esse novo território, nas proximidades da estação da Luz e do parque Jardim da Luz, ficou conhecido como Boca do Lixo. Contudo, a região começou a se formar e ganhar fama antes da chegada das prostitutas com o fim da zona de confinamento. Entre as décadas 1920 e 1930, empresas do ramo do cinema como a Paramount, FOX, MGM, se instalaram na área, atraindo, também, distribuidoras, fábricas de equipamentos especializados, serviços de manutenção e demais empresas do ramo, tornando a região um polo do cinema marginal na cidade de São Paulo (NAPPI, 2021).

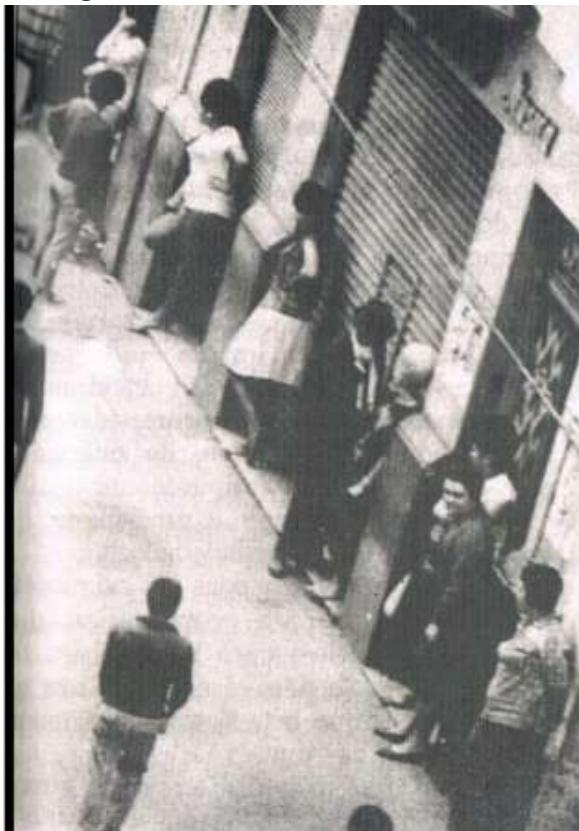
A área, movimentada pela indústria cinematográfica e próxima de estações ferroviárias, era um espaço de grande circulação, principalmente de pessoas das classes operárias. Além disso, a região passava por uma progressiva decadência, com o deslocamento das famílias ricas e de classe média para outros bairros em busca de moradias mais modernas, com área de lazer e garagens em bairros residenciais. A área contava também com uma grande oferta de casas e hotéis baratos, o que tornava o local propício para a permanência e atuação de prostitutas, principalmente do baixo meretrício (RIZZO, 2017). Rapidamente, a Boca do Lixo passou a atrair todas as classes de pessoas com comportamentos desviantes: malandros, traficantes, prostitutas, cafetões, atores e atrizes pornô etc.

Em grande medida as mulheres que trabalhavam na Boca do Lixo possuíam o mesmo perfil socioeconômico das que viviam anteriormente confinadas no bairro do Bom Retiro. Não obstante tenham se livrado do julgo das cafetinas e da obrigatoriedade de ir para cama com todo e qualquer homem que as requisitassem, nas ruas ficaram expostas a outros tipos de violências e arbitrariedades por parte do Estado. (RIZZO, 2017, p. 114)

Em paralelo, para abrigar as prostitutas de mais alto escalão, não muito longe da região da Boca do Lixo foi formada a Boca do Luxo, próxima aos bairros da Vila Buarque e Higienópolis. A estruturas que compunham as duas bocas eram as mesmas: prostituição, drogas, jogos e demais atividades ilícitas (NAPPI, 2021). Com bares e estabelecimentos glamourosos destinados às classes médias e abastadas, a Boca do Luxo, entretanto, não costumava ser alvo de operações de repressão e “recuperação” por parte de autoridades, assim como também não causava o mesmo impacto e indignação sobre a população e as mídias.

O fim da zona de confinamento pôs fim também às casas de tolerância, trazendo novamente à ilegalidade espaços que explorassem o lenocínio. Com isso, muitas casas de prostituição foram fechadas, cafetinas foram detidas e aqueles que escaparam do policiamento passaram a operar de forma clandestina. Além disso, uma nova prática tornou-se cada vez mais comum entre as meretrizes: o *trottoir*. Significando “calçada” ou “rua” em francês, o *trottoir* consistia em esperar pelos clientes nas esquinas, encostadas em postes, nas portas de hotéis ou ainda caminhando vagarosamente de um lado para o outro, o que dava à região “feições de um imenso prostíbulo a céu aberto” (RIZZO, 2017. p. 102).

Figura 9: *Trottoir* na Rua Vitória, em 1960



Fonte: Livro “Boca do Lixo” de Hiroito de Moraes Joanides (RIZZO, 2017, p. 181)

Duas estruturas que se mantiveram atuantes junto às mulheres em situação de prostituição na região da Boca do Lixo após o fim da zona de confinamento foram a polícia, igualmente repressora e violenta, e as assistentes sociais, que se mantiveram em postos de atendimento na Delegacia de Costumes e em centros de reabilitação para as mulheres prostitutas que desejassesem mudar de vida. Com a prostituição não mais regulamentada, porém também não criminalizada, era comum que mulheres fossem detidas por policiais sem que cometessesem crimes, apenas sua exposição na rua já era motivo para detenções arbitrárias.

O jornal “Folha da Tarde” publicou uma matéria relatando como algumas mulheres recorreram à justiça para garantir seu direito de ir e vir. Uma moradora da rua dos Gusmões no bairro de Santa Ifigênia, impetrhou um habeas-corpus preventivo alegando que sofria constantes ameaças de prisão pela polícia quando entrava e saía de seu apartamento que dividia com seu companheiro. A decisão do juiz não apenas foi favorável ao pedido da mulher revelando um posicionamento estritamente jurídico da questão sem o recorrente julgamento moral, como também, evidenciava os abusos cometidos pelos órgãos policiais e o governo na repressão contra as prostitutas. (RIZZO, 2017, p. 116)

O avanço da repressão policial e da ditadura militar com a instauração do AI-5, em 1968, deram à região uma nova forma de atuação como transgressor: muitos filmes passaram a ser censurados e a Boca do Lixo transformou-se em uma espécie de refúgio e escape para cineastas que se recusavam a aceitar as imposições da censura. Entre as décadas de 1960 e 1970, as pornochanchadas tornaram-se as principais produções cinematográficas da Boca do Lixo (NAPPI, 2021). O gênero, influenciado pelas comédias italianas de teor erótico, ganhou imensa popularidade, ocasionando filas gigantescas nos cinemas formadas por espectadores ansiosos pelos filmes.

Segundo o crítico de cinema, Rubens Ewald Filho, para o minidocumentário “BC”: “se você está no cinema se masturbando, você não ta na rua fazendo guerra ou protestando, ou seja, é uma forma de você sustentar uma ditadura, é liberar o sexo. Pelo menos o sexo simulado.”

E os diretores se aproveitando disso, colocavam cenas de tortura e falas contra a ditadura, e ninguém percebia, por ter bastante sexo. O erotismo era forma de transgredir toda a repressão. (NAPPI, 2021, p. 293)

Para além da censura, a ditadura militar intensificou a violência policial contra as prostitutas, em especial aquelas que praticavam o *trottoir*. Em 1979, duas travestis e uma mulher gestante, ambas frequentadoras da Boca do Lixo, foram mortas devido à tortura policial, causando intensa indignação entre diversos grupos, como prostitutas, a comunidade

homoafetiva e artistas brasileiros (RIZZO, 2017). Essa violência foi executada por determinação do então delegado Wilson Richetti e culminou em uma passeata realizada no centro de São Paulo que denunciava a violência e repressão policial contra os grupos anteriormente mencionados. Com a repercussão do caso, o governo do Estado resolveu afastar o delegado.

Na década de 1980, as pornochanchadas produzidas na Boca do Lixo começaram a perder popularidade e deixaram de trazer retorno financeiro às produtoras. Em 1990 foi anunciado o fim da Embrafilme e a região perdeu parte de sua fama e o nome Boca do Lixo começou a cair em desuso. O aumento dos usuários de crack nas proximidades trouxe uma nova imagem à área, que passou a ser chamada de cracolândia (NAPPI, 2021). A prostituição nos arredores da estação da Luz e do Parque da Luz, entretanto, se mantém até hoje, sendo ainda referência em espaço de prostituição na cidade, especialmente de mulheres trans, travestis e mais velhas.

Figura 10: O delegado José Wilson Richetti, que assumiu a delegacia seccional do Centro e comandou a Operação Limpeza, durante ação contra travestis, prostitutas e homossexuais



Fonte: Memorial da Democracia¹⁰

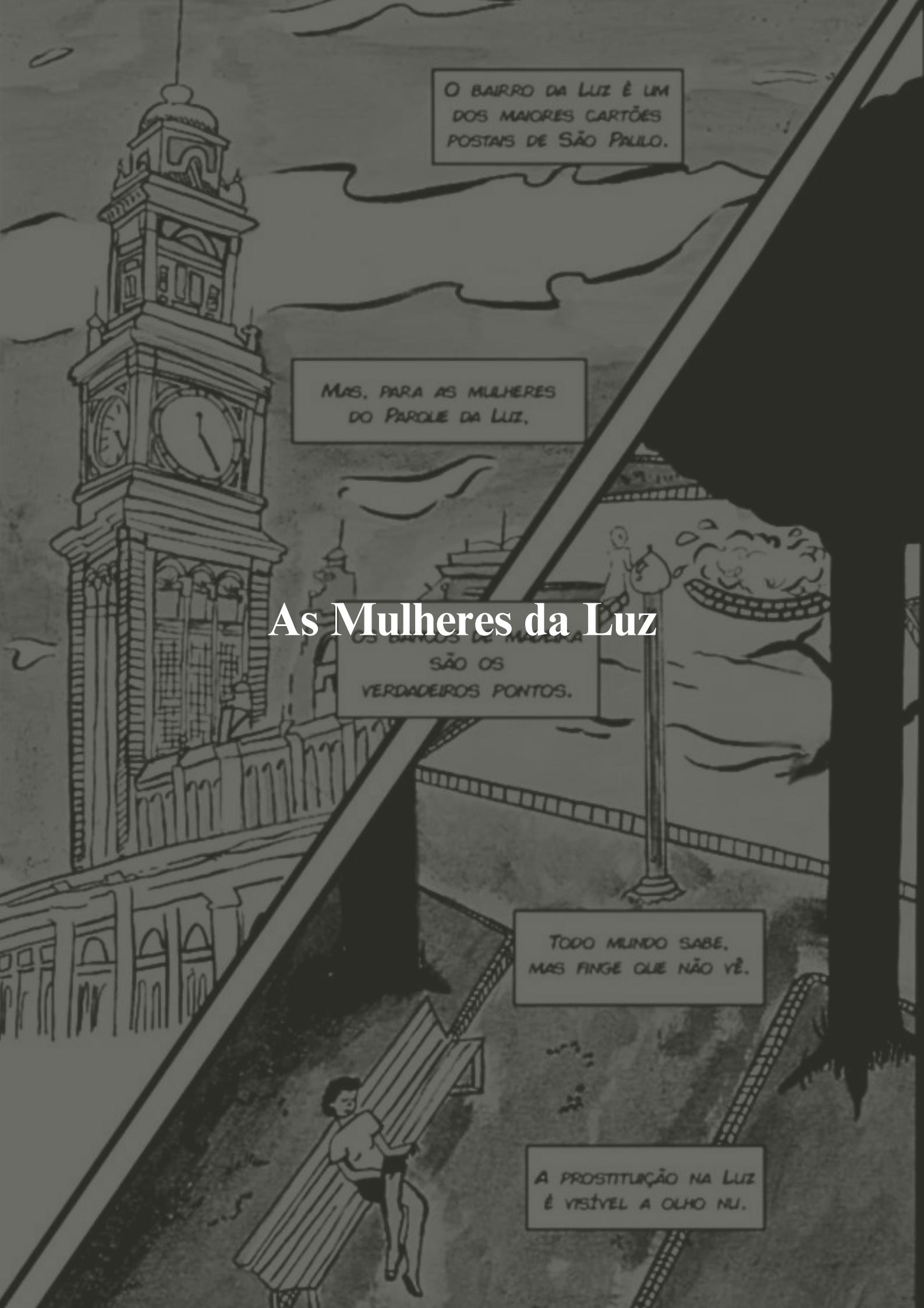
¹⁰ Disponível em: <http://memoraldademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>. Acesso em: 13 nov. 2023

Figura 11: Manifestação de prostitutas contra a violência policial no centro de São Paulo



Fonte: Memorial da Resistência¹¹

¹¹ Disponível em: <https://memorialsdaresistenciasp.org.br/lugares/boca-do-lixo-2/>. Acesso em: 13 nov. 2023



O BAIRRO DA LUZ É UM
DOS MAIORES CARTÕES
POSTAIS DE SÃO PAULO.

MAS, PARA AS MULHERES
DO PARQUE DA LUZ,

OS BANCOS DE MADEIRA
SÃO OS
VERDADEIROS PONTOS.

TODO MUNDO SABE,
MAS FINGE QUE NÃO VÊ.

A PROSTITUIÇÃO NA LUZ
É VISÍVEL A OLHO NU.

As Mulheres da Luz

4. AS MULHERES DA LUZ

4.1. Cleone Santos

Todas as manhãs, dezenas de mulheres deixam as suas casas em bairros nas periferias de São Paulo e vão para a região do Parque da Luz, no centro da cidade. É neste ambiente, cercado por árvores, que garantem algum anonimato, que elas aguardam. O ambiente bucólico do parque se contrapõe com as suas rotinas e situação social. São mulheres de pele preta, com baixa escolaridade, muitas vieram de fora de São Paulo em busca de oportunidades e já têm mais de 40 anos. Garantem a principal fonte de renda de suas famílias e, na ausências de outras possibilidades, encontraram na situação de prostituição a tentativa do sustento próprio, de suas filhas, filhos e netos.

A maioria acaba em situação de prostituição para complementar a renda ou pagar alguma dívida e encaram essa alternativa como um momento passageiro em suas vidas, mas poucas conseguem sair e, as vezes, permanecem em situação de prostituição até atingirem idade avançada, passando dos 60 anos. Vivem uma vida dupla, pois são mulheres que circulam pelos bairros onde moram e se relacionam com as suas famílias sem mencionar a origem dos recursos financeiros, o que as sufoca ainda mais.

Cleone Santos foi uma dessas mulheres¹². Nascida em Juiz de Fora, de pele preta e família pobre, mudou-se para São Paulo com 14 anos e rapidamente se envolveu na militância, iniciando sua jornada de lutas encabeçadas por diferentes movimentos sociais. Militou em movimentos de moradia, trabalhou em metalúrgicas, onde aprendeu sobre organização sindical e luta de classe e acabou desempregada por atuar em movimentos grevistas. Envolveu-se, também, com o movimento de desempregados do ABC e com o movimento de mulheres.

A prostituição passou a ser parte da vida de Cleone quase por acaso. Ela havia começado a fazer trabalhos pontuais como empregada doméstica e faxineira, um deles na José Paulino, e começou a frequentar o Parque da Luz para passar as horas vagas. Um dia foi abordada no parque por um homem que estava interessado em fazer programa com ela. A primeira proposta ela recusou, mas o homem seguiu retornando e oferecendo valores maiores e Cleone, solteira e com três filhos, preocupada com as contas acumuladas, acabou aceitando. Isso virou rotina: toda semana se encontrava com esse homem e aos poucos foi aceitando outros clientes também. Acabou passando 18 anos na prostituição, sempre sonhando em

¹² Todas as informações sobre a vida de Cleone e o trabalho realizado pelo Coletivo Mulheres da Luz foram retiradas do livro “Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz” e de trocas e conversas com pessoas do coletivo

deixá-la e afastar-se desse meio, e quando conseguiu sair, acabou se aproximando ainda mais através da militância.

Sua vivência na prostituição permitiu a Cleone compreender profundamente as vidas, motivações, necessidades, carências e desejos das mulheres que praticam o meretrício na região. Muitas das mulheres em situação de prostituição eram mães, assim como Cleone. Outras, avós, e ainda havia aquelas que eram bisavós. Sofriam com baixa auto estima, baixa escolaridade, dificuldades financeiras e falta de acesso à políticas públicas. Passou, então, a frequentar o Parque da Luz com outro intuito: conversar com as mulheres em situação de prostituição que frequentavam o parque e buscar formas de auxiliá-las em suas necessidades.

Em meados de 2011, Cleone conheceu a freira católica Célia Regina, participante da Ordem Passionista de São Paulo da Cruz, que desde a década de 80, trabalha com mulheres em situação de prostituição. Juntas, a partir de uma compreensão mútua das dificuldades vivenciadas pelas trabalhadoras sexuais da região do Parque da Luz, Cleone e Irmã Regina tiveram a iniciativa de criar uma rede de apoio, que se consolidou, em 2013, com o Coletivo Mulheres da Luz.

Figura 12: Logo do Coletivo Mulheres da Luz



Fonte: Arquivo de imagens do Coletivo.

O primeiro projeto conduzido por elas foi o da “bicicloteca”, que disponibilizava livros para as mulheres no Parque da Luz em um baú numa bicicleta. Irmã Regina e Cleone,

então, andavam pelo parque com a bicicleta abordando as mulheres que estavam no aguardo do próximo cliente, oferecendo livros como uma forma de ocupar aquele tempo ocioso. Criou-se, assim, a primeira rotina da dupla: semanalmente, às quartas-feiras, elas carregavam, distribuíam e emprestavam os livros que conseguiam através de doações.

O projeto rapidamente ganhou visibilidade e popularidade, servindo como uma forma real de aproximação das mulheres e de criação de vínculos afetivos. O administrador do parque, na época, um grande apoiador da causa, cedeu o porão da Casa de Administração do Parque da Luz para que os livros e a bicicleta que compunham a "bicicloteca" fossem guardados. A necessidade de um local fixo para a atuação do coletivo, que fosse próximo ao local de trabalho das mulheres e que possibilitasse seu atendimento, escuta e acolhimento, deu início a um movimento de articulação que permitiria a permanência definitiva das Mulheres da Luz dentro do parque que, mais tarde, veio a se consolidar por meio da concessão formal do espaço do porão da Casa de Administração do Parque da Luz, em termo assinado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Por volta de 2014, a "Casa de Chá" do parque da Luz já servia como espaço para realização de rodas de conversas, saraus, confraternizações e oficinas, quando receberam o convite do Museu da Língua Portuguesa para fazer uma parceria, na qual poderiam ocupar a "sala futura" com o objetivo de realizar as formações das mulheres em situação de prostituição. Essa oportunidade possibilitou a aproximação efetiva do coletivo com os aparatos culturais existentes nos bairros da Luz e do Bom Retiro através de visitas gratuitas aos diversos museus e ingresso às peças de teatro, oportunizando acesso à cultura para as mulheres prostitutas.

A partir da maior convivência e troca com as mulheres por meio de rodas de conversas, identificou-se um desejo quase generalizado entre elas de deixar a prostituição. Muitas não se identificavam como prostitutas, escondiam de suas famílias essa ocupação e entendiam o ofício como uma situação de passagem, na qual haviam se inserido devido à sua situação financeira. Decidiu-se, então, a adoção do termo “mulheres em situação de prostituição” para se referenciar às Mulheres da Luz.

"Para nós, é muito importante não tirarmos o direito de sonhar dessas mulheres, porque esse sonho de sair, eu acho que é o que ajuda a sobreviver dentro de uma situação de tanta violência, de tanta exclusão, invisibilidade. Então, a gente faz questão de colocar ‘em situação de prostituição.’"
(TARDELLI, 2021)¹³

¹³ Trecho da entrevista de Cleone Santos realizada para a “Carta Capital”

Figura 13: Cleone Santos em frente ao espaço do Coletivo Mulheres da Luz no porão da casa administrativa do Parque da Luz



Fonte: Arquivo de imagens do coletivo. Fotógrafo desconhecido.

Cleone, junto do coletivo, ganhou cada vez mais visibilidade. Passou a demandar reuniões em gabinetes pedindo por políticas públicas voltadas às mulheres em situação de prostituição. Tornou-se referência no movimento feminista no Brasil trazendo uma visão crítica de classe, raça e gênero sobre a prostituição, sempre a partir do ponto de vista das vivências de mulheres negras e pobres e tinha a convicção de que a regulamentação traria ganhos apenas aos donos das casas de prostituição, marginalizando ainda mais a maioria das mulheres nessa situação.

Orientado pelos saberes de Cleone e Irmã Regina, bem como pelas vivências com demais mulheres que vivem ou viveram em situação de prostituição na região da Luz, o Coletivo Mulheres da Luz entende a prostituição como um sistema exploratório. Enxerga os estigmas profundos e violências diversas presentes nos quartos, nas ruas e, inclusive, dentro das famílias daquelas que vivem a prostituição e tem como um de seus pilares de atuação o acolhimento e a escuta, buscando proporcionar às mulheres um local seguro para se expressarem e aumentar sua estima.

Atualmente, o coletivo Mulheres da Luz integra a Associação Agentes da Cidadania, uma OSC com foco na assistência social ampla e gratuita, e atua com base em três pilares:

escuta, educação e saúde. Facilita o acesso a políticas públicas de assistência social, saúde física e mental, além de oferecer aulas de alfabetização e reforços escolares, cursos profissionalizantes e oficinas diversas buscando proporcionar alternativas de geração de renda e promover o bem-estar. Cerca de 300 mulheres são cadastradas no coletivo, mas as ações da instituição chegam a impactar mais de 500 mulheres que se prostituem na região da Luz. A média de idade das mulheres do coletivo é de 40 anos, mas entre elas há desde garotas de 18 anos até senhoras septuagenárias.

Desde sua origem, em 2013, o coletivo cresceu, firmou parcerias e ampliou suas formas de atuação. Datas comemorativas, principalmente o Natal, são celebradas anualmente com almoços, confraternizações e distribuição de presentes e cestas básicas para as mulheres da luz. Além disso, o coletivo realiza regularmente oficinas culturais e profissionalizantes junto de pessoas voluntárias e organizações parceiras; orientações de saúde e encaminhamento de mulheres para instituições de saúde parceiras adequadas para atender as demandas específicas do grupo; atendimento psicológico; trabalhos de assistência social; encaminhamento das mulheres à advogados voluntários; distribuição de cestas básicas e outros itens essenciais, inclusive a realização de bazares com as mulheres a fim de distribuir entre elas doações de roupas recebidas pelo coletivo; aulas de alfabetização, entre outras atividades.

Em maio de 2023, por complicações de um câncer, Cleone Santos faleceu. Ela permaneceu ativa, lutando pela causa das mulheres em situação de prostituição até seus últimos momentos e deixou um imenso legado de lutas, conquistas e ensinamentos. Hoje, Thamiris Suellen dos Santos é quem coordena o Coletivo Mulheres da Luz. Pupila de Cleone, as duas mulheres se conheceram enquanto militantes de movimentos sociais na periferia de Diadema e se aproximaram por meio do Coletivo Mulheres da Luz. Assim como Cleone, Thamiris também esteve em situação de prostituição por não ter nenhuma alternativa de renda e encontrou no coletivo um local de aprendizado, oportunidades e acolhimento.

4.2. Novas narrativas e novos rituais

Às mulheres em situação de prostituição sempre foi reservado um local de exclusão, marginalidade e apagamento dentro da sociedade, com suas vozes silenciadas e seus corpos submetidos à diversas formas de violência. A criação de grupos encabeçados por e voltados para essas mulheres, como o Coletivo Mulheres da Luz, em decorrência dos movimentos de prostitutas, tem um papel fundamental na criação de novos espaços de sociabilização,

acolhimento e conscientização, possibilitando o surgimento de novas narrativas e novos rituais em torno das trabalhadoras do sexo.

Percepções e discursos acerca de práticas sexuais e, portanto, da prostituição, variam conforme a época e cultura. As narrativas em torno da prostituição variam, ainda, conforme seu *modus operandi*, seus agentes e atores e conforme a perspectiva de quem narra. Médicos, juristas, a comunidade religiosa, a mídia, militantes feministas e as prostitutas possuem perspectivas próprias sobre a prostituição, que variam conforme crenças, valores morais, classe, vivências e leitura social. No geral, a conotação de discursos e narrativas acerca da prostituição está ligada à visão predominante que a sociedade tem sobre a prática da sexualidade em cada período e que, no Brasil, possui grande influência do cristianismo ocidental, que vê na prostituição uma prática desviante da sexualidade feminina, associando-a ao pecado (CAMPOS, 2023).

Partimos do pressuposto de que tanto discursos como narrativas são práticas performativas que definem a maneira como as pessoas se posicionam nas relações psicossociais e constroem a realidade por meio deste processo de significação compartilhada (TAMURA, 2020, p.31).

Tendo como base estudos elaborados por Paulo Nassar, entendemos por narrativas a manifestação de posicionamentos, de leituras individuais da realidade compartilhadas com um outro. São experiências de vida, visões, sentimentos e percepções acerca do que nos rodeia manifestados em palavras organizadas no tempo e no espaço. Podem ser fictícias ou fáticas, desde que carreguem em si “construções de sentido sobre o mundo real ou imaginado” (TAMURA, 2020, p.37) e podem, também, mudar e serem repensadas “conforme o momento histórico, político-econômico, social, cultural, religioso e digital-midiático” (RIBEIRO, 2019, p. 18).

Discursos, por sua vez, são posicionamentos coletivos construídos por narrativas compartilhadas e que perduram (TAMURA, 2020). Carregam em si, portanto, valores, visões e afetos predominantes à sociedade no período em que se constroem e se propagam, influenciando narrativas individuais e a distribuição de poder. Narrativas e discursos que perpassam o tempo e o espaço durante o caminhar da sociedade têm um importante papel na construção identitária de grupos, no imaginário popular e no estabelecimento de fatos sociais.

O que é o dinheiro senão uma narrativa sobre o valor que se coloca em um papel ou em um metal? O que são os deuses senão narrativas imagináveis sobre seres superiores a nós? O que são marcas pessoais modernas, como

artistas e influenciadores digitais – endeusados – senão narrativas construídas sobre eles, suas vidas e seus feitios? O que são nações senão demarcações criadas por narrativas? O que são as guerras senão narrativas inventadas para a defesa e para a oposição dessas próprias narrativas? O que são as corporações senão uma soma de narrativas explicativas sobre suas existências e suas ações? (RIBEIRO, 2019 *apud* TAMURA, 2020, p.35)

Dado que narrativas e discursos necessitam de um outro, a quem se narra, para existirem, eles só ocorrem em espaços de sociabilização. Mulheres em situação de prostituição, e em particular as mulheres que praticam o baixo meretrício no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, sempre estiveram privadas de espaços sociais nos quais pudesse compartilhar suas narrativas. Muitas escondem de sua família e demais pessoas de sua convivência sobre sua profissão, além de serem estigmatizadas e excluídas pela sociedade, tendo vivido, inclusive, em confinamento durante as décadas de 1940 e 1950, como vimos anteriormente. Entre si, é comum que haja rivalidade suscitada pela disputa de clientes e pela hostilidade intrínseca aos espaços de baixo meretrício. O surgimento de movimentos e da luta organizada de mulheres prostitutas, a partir da década de 1980, teve um importante papel na criação de espaços de sociabilidade para as mulheres poderem compartilhar suas narrativas.

Dentro do coletivo Mulheres da Luz, a criação de um espaço seguro com a presença de voluntárias para o acolhimento e escuta das mulheres, a implementação de rodas de conversas como um espaço para compartilharem suas percepções e vivências acerca da prostituição e demais atividades engajando grupos de mulheres, fortaleceu vínculos de amizades e aproximou mulheres, ampliando espaços para que suas narrativas fossem compartilhadas. A luta organizada das mulheres prostitutas e as organizações que surgem a partir dela fazem com que, pela primeira vez, elas tenham voz e participação como enunciadoras nas narrativas e discursos acerca de si.

Se anteriormente o acesso ao âmbito público era mediado e regulado por circunstâncias religiosas, políticas, culturais e econômicas, quando as instituições detinham os capitais simbólicos de legitimação dos valores em jogo, hoje outras vozes ganham espaço para suas narrativas, trazendo à tona o que entendem por ideologia. Se antes as narrativas individuais eram desconsideradas publicamente, quando não apagadas, escondidas, ou trajadas como sintomas do vulgar, hoje ganham a potencialidade de tornarem-se signos nos processos de interação verbal. (TAMURA, 2020, p.49)

Mulheres como Cleone Santos, Thamiris dos Santos, Gabriela Leite e outras tantas que vivem ou viveram em situação de prostituição, tornaram-se referências para feministas e academicos. Escreveram livros, começaram a dialogar com políticos, tornaram-se notícias de

jornais e revistas — não mais associadas a um risco à saúde¹⁴ da população, a debilidades mentais¹⁵, a devassidão¹⁶, a um “mal” ou “problema”¹⁷ intrínseco à sociedade — e dessa forma, aos poucos, as mulheres prostitutas reescrevem suas histórias, tomam as rédeas de suas narrativas e combatem os estigmas e violências que sempre existiram ao seu entorno. Ao se fortalecerem, essas novas narrativas culminam no surgimento de novos rituais em meio às prostitutas.

Figura 14: Roda de conversa realizada no espaço do Coletivo Mulheres da Luz



Fonte: Arquivo de imagens do Coletivo. Fotógrafo desconhecido.

Entendemos por ritual a expressão de narrativas por meio de elementos simbólicos (corporais, orais ou não orais), que engaja o Eu e o Outro, marcado pela repetição e que

¹⁴ Prostituição associada à doenças e a síflis no jornal Correio Paulistano na década de 30. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=meretr%C3%ADcio&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=4070 e https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=prostitui%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=1578. Acesso em: 13 nov. 2023

¹⁵ Prostituição associada à debilidades mentais no jornal Correio Paulistano na década de 30. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=prostitui%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=753. Acesso em: 13 nov. 2023.

¹⁶ Prostituição associada à vícios e uma vida indigna no jornal Diario da Noite na década de 40. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&Pesq=meretr%c3%adcio%20deca%c3%addas&pagfis=12120>. Acesso em: 13 nov. 2023

¹⁷ Prostituição como um “mal necessário” no jornal Correio Paulistano na década de 30; Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pesq=meretr%C3%ADcio&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=313. Acesso em: 13 nov. 2023.

transcorre em espaços e com agentes com fortes identidades locais; “em um primeiro enquadramento conceitual pode-se falar em narrativas da experiência” (TAMURA, 2020, p.41). Além disso, determinadas indagações ajudam a delimitar os rituais. Estas são: “Quem diz?; O que se diz, Para quem e Como é dito?; Onde é dito?; Quando é dito?; Por que é dito?” (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 4).

Essa potência denominada ritual é uma narrativa, que contém uma plataforma de mídias. Na dimensão da performance é corpo, nas dimensões da pintura, da escultura, do teatro, da música, do audiovisual, da escultura, da arquitetura é arte. O ritual nos aproxima de Dionísio e equilibra o Apolo padronizado. Algo que lembra que, na atualidade, a comunicação não é parte de um organismo, não pode ser vista mais como processo, como ferramenta. A comunicação é o organismo, em suas dimensões de passado, presente e futuro. A comunicação não é um fenômeno organizacional, que pode ser separado do todo, mas é a própria organização. (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 3)

Rituais também estão intimamente conectados com violência, destruição e bode expiatório (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019). Dado isso, podemos entender a violência institucional como ritual, sendo essa a materialização do discurso de classes hegemônicas que repudiam certos corpos, comportamentos e formas de existência. Olhando para as mulheres prostitutas no Brasil e a história da prostituição no país, percebe-se que a violência institucional é um ritual que se repete — com diferenças que se dão a cada período — desde a chegada dos portugueses no país com a subjugação de mulheres indígenas e, principalmente, negras escravizadas à atividade.

A violência institucional contra mulheres prostitutas no Brasil é, em grande parte, expressa e transmitida por autoridades que representam os desejos de classes dominantes, geralmente através de políticas públicas, normas legais e práticas policiais. Nesse contexto, o poder enunciador é manifestado através da legislação, das decisões políticas e das ações policiais que moldam experiências cidadãs das prostitutas.

Discursos que motivam e justificam a violência institucional contra mulheres prostitutas no Brasil frequentemente são carregados de estigma, preconceito e discriminação. Direcionam-se a e partem de diversos grupos: autoridades públicas, legistas, profissionais da saúde, grupos religiosos, assistentes sociais, entre outros. O que é dito reflete as normas sociais vigentes, desmoraliza trabalhadoras do sexo por praticarem a sexualidade de forma desviante e alerta a sociedade sobre as mazelas desta prática. Suas formas de expressão

incluem a linguagem legal, a cobertura midiática sensacionalista e a disseminação de ideias de senso comum sobre a moralidade e a dignidade.

Esses discursos se propagam em diversos espaços, incluindo instituições legais, a esfera pública, os meios de comunicação e até a esfera privada, dentro de casas e entre famílias. A violência, em geral, se dá em espaços onde o meretrício é praticado — nos casos analisados neste trabalho podemos destacar as ruas e pensões do bairro do Bom Retiro e o parque Jardim da Luz — mas também podem ocorrer em demais espaços frequentados por essas mulheres. Memórias coletivas e narrativas culturais sobre a prostituição contribuem para a criação e manutenção de espaços sociais que perpetuam a marginalização dessas mulheres.

Estigmas associados à prostituição, muitas vezes enraizados por meio de preconceitos históricos, são reproduzidos em práticas contemporâneas. As relações com o passado de rituais de violência incluem a herança da escravidão, associação da prostituição com doenças, debilidades mentais e desvios comportamentais e a visão do ofício como necessário para a manutenção da família patriarcal, uma vez que supriria necessidades poligâmicas “intrínsecas” aos homens, sendo esse, portanto, um trabalho cuja função é servir aos homens. Passado e presente são marcados por violência de gênero, policial e políticas discriminatórias, enquanto as preocupações com presente e futuro envolvem a luta por mudanças nas estruturas institucionais e a conquista de direitos.

O ritual, ainda, organiza as razões por meio da transmissão de valores culturais arraigados, perpetuando visões estigmatizadas da prostituição. Essa narrativa reforça um sentimento de pertença à norma social dominante, construída sobre a marginalização das trabalhadoras do sexo, ao invés de promover aceitação e compreensão empática da experiência humana.

[...] os rituais têm impactos sociais e psicológicos nos indivíduos em suas atuações grupais e no âmbito da sociedade. As suas narrativas em ação, que configuram as experiências, canalizam e expressam emoções, promovem a orientação de comportamentos, consolidam ou questionam o status quo. (NASSAR; FARIAS; RIBEIRO, 2019, p. 13)

A partir de reconhecimentos mútuos de suas principais necessidades entre as mulheres que vivem e viveram a prostituição, bem como as violências e estigmas intrinsecos à profissão, ações passaram a ser tomadas para transformar antigos rituais repressivos. Os grupos voltados para esse público identificaram a necessidade de elevar a estima das

trabalhadoras do sexo e passaram a operar, então, como novos enunciadores, buscando redefinir o discurso em torno das mulheres em situação de prostituição.

Ao criarem espaços de acolhimento, escuta e diálogo, esses grupos, dentre eles o Coletivo Mulheres da Luz, se posicionam como agentes de transformação, desafiando as narrativas institucionais dominantes. Uma das ações empreendidas pelo coletivo consiste simplesmente em receber as mulheres no espaço ocupado pelo grupo, no porão da casa administrativa do Parque da Luz, oferecer-lhes um lanche (geralmente constituído por café e bolachas) e ouvir seus relatos. Essa ação, empreendida continuamente desde 2013, materializa narrativas centradas na empatia, na compreensão e na promoção da dignidade das mulheres da luz, constituindo-se como um novo ritual, não mais pautado na violência e na exclusão, mas em seus opostos.

Hoje eu tô achando que ultimamente as mulheres tão muito unida, graças a Deus e as ONG's viu? Se acredita? Eu agradeço muito, as ONG's, essas meninada que cuida, essa mulherada, da parte de vocês é ONG né? Essa turma toda, eu tô achando até os travestis estão unido com a gente, muita união de todos, apesar que tem uns que ainda vira a cara, mas é tudo assim, todo mundo mais unido, muito mais, graças a Deus e essa turma agora que veio depois, essa mulherada se descobriu, se revelaram essa coisa de homossexualismo né? Tá todo diferente, sossegado, o pessoal tá aceitando mais e não tem mais aquela briga, mas união graças a Deus. Essas coisas eu acho que uniu mais e veio através, mais possibilidade da gente correr atrás de outros objetivos, não ser só isso viu? (SANTOS, 2019, p. 141-142)¹⁸

Como mencionado, as ações do Coletivo Mulheres da Luz ocorrem de forma continuada no Parque da Luz, espaço frequentado pelas mulheres em situação de prostituição, transformando-o em um local de acolhimento e resistência, contrapondo-se aos espaços de estigmatização. A dimensão ritual do território é reconstruída para enfatizar a humanização e a dignidade das mulheres, desvinculando-as de espaços marcados por preconceitos. O coletivo também busca conectar o presente com o passado, denunciando e aprendendo com a história de exclusão, trabalhando para construir um futuro mais inclusivo e empático.

4.3. Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz

A partir da escuta e acolhimento empreendidos pelo Coletivo Mulheres da Luz, surgiu a necessidade de registrar e compartilhar as narrativas das mulheres em situação de prostituição. O livro “Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz” foi escrito, então, a fim de

¹⁸ Trecho retirado do relato 8, da mulher identificada como “A”, no livro “Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz”

preservar as memórias e conhecimentos dessas mulheres e dar voz aos seus pensamentos, geralmente apagados pela sociedade. Sua leitura e análise são importantes para compreender as percepções acerca da prostituição a partir do olhar e vivências daquelas que praticam o meretrício.

Figura 15: Ilustração de mulheres em situação de prostituição no parque da Luz feita por Cecilia Marins para seu livro reportagem em HQ “O Parque das Luzes”¹⁹



Fonte: Veja²⁰

O livro reúne a história de nove Mulheres da Luz, sendo uma mulher trans e as demais cisgenero, e traz relatos sobre suas infâncias e juventude, relações familiares, como entraram na prostituição, como chegaram ao Parque da Luz, como enxergam sua vida na prostituição e quais seus sonhos e desejos para o futuro. Para colher suas trajetórias de vida, foram

¹⁹ O livro “O Parque das Luzes” é um livro reportagem em quadrinhos realizado por Cecilia Marins, Tainá Freitas e Maria de Vicentis. Ele conta a história da prostituição no Parque da Luz, além de, também, trazer relatos das mulheres que o frequentam. Foi feito com o apoio do Coletivo Mulheres da Luz, que facilitou o contato das autoras com as mulheres em situação de prostituição para que realizassem entrevistas com elas.

²⁰ Disponível em:

<https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/reportagem-em-quadrinhos-conta-a-historia-da-prostituicao-no-parque-d-a-luz>. Acesso em: 25 nov. 2023

realizadas entrevistas individuais no Parque da Luz por voluntárias do Coletivo Mulheres da Luz.

Nesta seção, conhiceremos alguns aspectos das vidas dessas mulheres contados por elas próprias. Para colher suas trajetórias de vida, foram realizadas entrevistas individuais no Parque da Luz, a maioria em nosso espaço da ONG, por se tratar de um espaço em que as mulheres sentem-se confortáveis. Durante esses momentos, foram realizadas algumas perguntas disparadoras sobre os diferentes episódios de suas vidas, de modo a deixar as entrevistadas falarem livremente, sendo as narradoras de suas histórias. O material foi transscrito e editado, de modo que neste texto final omitimos apenas pequenos trechos repetitivos e as questões iniciais, deixando a narrativa mais fluida. As entrevistas foram realizadas com consentimento informado, com participação voluntária das mulheres que manifestaram desejo de compartilhar suas histórias. A maioria delas participa das rodas de conversa de nossos projetos e não querem ser identificadas. Assim, substituímos seus nomes reais por nomes fictícios. (SANTOS, 2019, p. 31)²¹

Como já mencionado, as mulheres que se prostituem no parque da Luz caracterizam-se por terem idades mais avançadas: no livro, a mulher mais jovem tem 41 anos e a mais velha 65 anos à época das entrevistas. Além disso, elas vêm, em sua maioria, de fora de São Paulo, apenas três nasceram no estado, nas cidades de Praia Grande, São Sebastião e Batatais. As demais vêm do Mato Grosso, Rio Grande do Norte, duas mulheres de Minas Gerais, Ceará e Pernambuco.

Os relatos compartilhados serão destrinchados a fim de melhor identificar as vivências e percepções das mulheres em relação à temas específicos dentro de 3 momentos de vida: infância e adolescência; vida adulta; e vivências na prostituição. Para dar suporte às análises foram elaborados 3 quadros contendo informações extraídas dos relatos, destinados a cada momento elencado, dentro dos quais certos aspectos de cada um desses momentos de vida foram investigados.

Em relação à infância e adolescência das mulheres, buscaremos analisar se julgam ter vivido uma boa infância, suas percepções acerca de sua família, se viveram situações de abuso ou violência, se tiveram acesso à estudos e se começaram a trabalhar ainda quando crianças. Em um segundo momento, ao analisar suas vidas adultas, não entraremos ainda na questão da prostituição, mas investigaremos se tiveram acesso à educação, cursos profissionalizantes e opções de trabalho fora da prostituição, se mantiveram relações com a família, se constituiram família própria, suas percepções acerca de seus relacionamentos amorosos e quais seus sonhos para o futuro. Por fim, entraremos na questão da prostituição

²¹ Nota de edição retirada do livro “Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz”

propriamente dita, procurando saber quando e como se iniciaram na prostituição, sua trajetória e percepções dentro desse ofício, se passaram por situações de exploração, abuso ou violência relacionados à prática, se seus familiares sabem sobre sua ocupação e se desejam permanecer ou deixar a prostituição.

4.3.1. Infância e adolescência

Como mencionado, em relação à infância e adolescência das mulheres que compartilham suas histórias no livro “Trajetória de vida: Mulheres da Luz”, foram investigados os seguintes aspectos: suas considerações gerais sobre suas infâncias; relações familiares; relatos de violência; relatos de abuso; estudos; trabalho; e a idade com que saíram de casa.

Acerca disso, apenas duas das nove mulheres que compartilharam seus relatos consideram ter vivido infâncias “muito boas” e “felizes”. Outras três não dizem de forma explícita suas percepções, mas relatam algum caso de abandono por parte de pai ou mãe, relações mais violentas e uma ainda conta ter sido abusada. As demais relatam infâncias sofridas, com poucos recursos e muita exclusão.

Sobre as relações familiares, três mulheres relatam abandono por ao menos um dos pais. Apenas duas consideravam suas relações familiares boas e com carinho, apesar de uma, a mulher identificada como A, relatar que era comum seu pai beber muito e entrar em discussões com sua mãe. As mulheres identificadas como J e M relatam infâncias de muita violência, tendo sofrido agressões e abusos de seus parentes, especialmente de seus tios. Ao todo, duas mulheres relatam terem sofrido agressões, outras duas, ainda, relatam relações mais violentas com algum dos pais e quatro das nove mulheres passaram por abusos sexuais durante suas infâncias, geralmente cometidos por tios ou padrastos.

Eu apanhava muito dos meus irmão, apanhava muito da minha mãe, apanhava muito do meu pai, porque queria que eu vira esse uma coisa que eu não queria. E aí, eu peguei e fui.

Somos em 12 irmãos, sete homens e cinco mulheres, e tínhamos uma relação muito boa, era todo mundo unido. Apesar da renda baixa, meu pai sempre procurou dar o melhor pra gente, minha mãe também. Ele bebia às vezes e chegava em casa nervoso e minha mãe e ele brigavam, todo mundo se metia na briga. (SANTOS, 2019, p. 69; p. 125)

Apenas duas das entrevistadas cursaram o segundo grau (ensino médio) completo e uma chegou até o primeiro ano. Três delas não especificam sua escolaridade, sem ter

mencionado seu contato com estudos durante a infância, e outras três contam que não tiveram acesso aos estudos. As mulheres identificadas como J e M, que estão dentre as que não tiveram acesso à estudos, compartilham que não eram bem aceitas nas escolas.

Tive pouco acesso, naquela época, à escola, até porque eu tô com quarenta e dois anos, há trinta anos, trinta e dois anos atrás era muito difícil uma transexual numa escola, numa sala de aula, porque a maioria das escolas nem aceitava.

Entrei na escola na hora certa com 7 anos, 6 anos no prezinho, não tinha ninguém para olhar a gente, não tinha. Do jeito que acordava eu ia, despenteada às vezes mijada. Chegava lá os outros (chora) ficavam tirando sarro. Aí eu não queria ir mais para escola. Eu aprendi pouco, muito pouco, a escrever. (SANTOS, 2019, p. 69; p. 89)

Todas começaram a trabalhar enquanto crianças ou adolescentes: três começaram a trabalhar com apenas 10 anos; outras começaram com 13, 14 e 16; e três não especificam as idades com que começaram, mas mencionam que trabalham desde cedo com seus familiares. Dentre os trabalhos estão: faxineira, cozinheira e babá em casas de família; trabalhos em quiosques de praia; trabalhos em lojas; e uma delas, J, começou a se prostituir ainda com 11 anos.

A maioria delas saiu cedo de casa, antes mesmo de completarem 18 anos. Quem deixou a casa da família mais cedo foi J, que fugiu aos 10 anos, pois sofria muita violência de seus familiares. Duas mulheres saíram de suas casas com 12 e 14 anos, também motivadas por uma má relação familiar. Outras três deixaram suas casas com 16 e 17 anos. As que foram morar sozinhas com idades mais avançadas deixaram a casa das famílias com 19 e 20 anos. Apenas uma não mencionou a idade com a qual saiu da casa de seus familiares.

4.3.2. Vida adulta

Acerca da vida adulta das Mulheres da Luz entrevistadas, foram investigados os seguintes aspectos: se tiveram acesso à estudos ou cursos profissionalizantes; se tiveram experiências de trabalho fora da prostituição; se foram ou são casadas; se possuem filhos e netos; se mantiveram contato com suas famílias; e quais seus sonhos e perspectivas para o futuro.

Dentre as mulheres, quatro realizaram algum curso profissionalizante quando adultas: uma conta ter feito curso de enfermagem; duas fizeram curso de costura, sendo que uma delas fez, também, curso de massagem terapêutica, curso de cuidador de idosos – que atualmente é

seu ofício, além de estar fazendo curso de educação para jovens e adultos (EJA); por fim, uma fez curso de cabeleireira. Há ainda uma mulher que não compartilha ter feito algum curso profissionalizante ou realizado estudos quando adulta, mas teve formações políticas devido à sua militância em movimentos sociais. Entre as demais, três não tiveram acesso a estudos ou cursos e uma não mencionou nada a respeito.

Todas tiveram trabalhos fora da prostituição e trabalharam em algum momento com limpeza, algumas em casas de famílias e outras em comércios. No geral, percebe-se que essas mulheres sempre trabalharam onde houvesse oportunidade. Dentre os serviços que ocuparam estão: telefonista; office boy; atendente em lanchonete; fábricas e indústrias; salão de beleza; costura; passadeira; caixa de mercado; garçonete; dançarina; limpeza e faxina. Além disso, três delas contam ou já contaram com a ajuda de programas do governo para se sustentarem.

Apenas uma é casada, outras três foram casadas e se divorciaram e as demais são solteiras. A maioria delas chegou a morar junto com namorados ou com os pais de seus filhos, mesmo sem se casar, e relatam más experiências amorosas. Muitas sofreram algum tipo de agressão, roubo ou golpe de seus companheiros.

Marido gosta muito de mandar. Maridos são muito folgados, tudo eles quer na mão, ele acha que a mulher tem de fazer tudo, você trabalha fora, ele não quer saber.

Sempre vem aquela história: "se o filho é meu, pode deixar que eu assumo", mas depois não assume nada. Ainda bem que ele morreu! Ele tinha cirrose.

Eu conheci um rapaz na Luz e ele foi morar comigo. O cara roubou a gente. Ele pegou o meu celular, 20 reais que eu tinha na carteira, meus documentos, documentos do L e trancou a porta e deixou a gente lá, dormindo. Aí começou tudo de novo, "ai Deus e agora?". Não tinha nada em casa, eu estava trabalhando, mas não tinha nada. (SANTOS, 2019, p. 51; p. 100; p. 112)

Somente duas não possuem filhos e todas criam ou criaram seus filhos sozinhas, muitas engravidaram de clientes que, em alguns casos, tornaram-se namorados. A maioria dos filhos ainda moram com elas e dependem delas ao menos para complementar a renda. Apenas duas relatam ter netos, sendo que uma delas também mora com eles e ajuda em sua criação. Todas, exceto J que fugiu de casa aos 10 anos, mantêm algum contato com o restante da família.

Meus filhos estudaram. Teve uns que eu paguei até escola. Conseguir dar profissão pros meus filhos, pros meus irmãos... Esse meu menino de 36 anos, já tem três meninas. Mora junto com a mãe das meninas. Elas tão estudando. Tão bem, minhas netas, tão estudando, tão no judô. Já ajudei

também a criar umas crianças, né? Mas tá bom, tá todo mundo encaminhado. Tem muita coisa triste. Muitos amigos que eu já perdi, né? (SANTOS, 2019, p. 102)

A maioria sonha em poder proporcionar melhores condições de vida para seus filhos e netos, oportunidades de estudos e trabalho. Sonham em ter melhores condições de vida e em conquistar a casa própria. O sonho de J, que é transexual, é conseguir fazer a cirurgia de troca de sexo. Há ainda quem sonhe com um mundo melhor para as mulheres. Uma delas, M, compartilha que não tem tempo para sonhar.

Já estou com 41 anos até hoje. Minha vida é só... (chora) cuidar dos outros. Nunca tive tempo para arrumar serviço registrado, cuidar de mim. Eu não tenho um registro em carteira. Nunca fui registrada. Falar para mim, qual meu objetivo? Meu objetivo é só sobreviver [...] Não tenho tempo para sonhar. Não tenho... (SANTOS, 2019, p. 93)

4.3.3. Vivências na prostituição

Agora, investigaremos as vivências na prostituição das mulheres entrevistadas com base nos seguintes eixos: idade em que se inseriu na prostituição; como começou; trajetória na prostituição; percepções sobre o ofício; se vivenciou alguma situação de exploração sexual (consideramos aqui tráfico de pessoas, prostituição infantil, cafetinagem e demais atividades ilícitas que permeiam a prostituição); se vivenciou algum abuso ou violência relacionados ao ofício; se seus familiares sabem sobre essa ocupação; e, por fim, se ainda está na prostituição, se já saiu ou se deseja sair.

Dentre elas, quem começou a se prostituir mais cedo foi J, a mulher transexual, que iniciou-se nesta vida aos 11 anos. As demais começaram a se prostituir entre os 18 e 20 anos, outras duas se iniciaram um pouco mais tarde, uma com 35 anos e outra com 41. A maioria relata ter resistido à prostituição a princípio, mas devido à situação financeira e de trabalho precária em que se encontravam, com dívidas e sem conseguir garantir seu sustento, acabaram cedendo.

Todas começaram a se prostituir atraídas pela promessa de dinheiro, algumas por impulso próprio, outras por indicação de conhecidos.

Estava cansada, sentei aqui. Um homem perguntou.“Eu não faço nada“. Cheguei em casa as contas para pagar. Cheguei aqui fiquei aqui quatro dias sem sair com ninguém. Todo mundo chamando, tinha vergonha, a menina falou que eu não tava precisando “se precisasse você ia”, aí ela falou para mim “vai! cria coragem e vai. Tem dia que vai procurar e não vai ter.” Aí

tinha um senhor até casado, bonzinho, tinha paciência, não ficava me apressando. Perguntavam porque eu era assim, eu estou aqui há cinco meses.

Eu não vivo da prostituição. Eu vivo na prostituição! Eu procuro emprego, eu trabalho, mas eu vivo na prostituição. Assim, a maior parte do tempo eu tô aqui, sempre envolvida com a pessoa, com as pessoas, entende? Quantas vezes eu fui dormir com o cara só para ter um teto em cima da cabeça. Isso é prostituição, como diz os crentes.

O que eu ganhava dava pra pagar o aluguel... Áí eu não conhecia a prostituição. Áí depois eu não sei como... Eu conheci porque eu tava no farol entregando papel e uma colega minha entregava junto comigo, áí ela falou. Começou a falar "isso não é vida não. Vida é o que eu levo. Eu vou pra tal lugar, viajo pra tal lugar, vou pra Goiás, vou pra Campinas, tudo que é lugar e vou ganhar meu dinheiro lá, que lá dá pra ganhar dinheiro". Áí eu falei "quanto?" E ela respondeu que era 100, 150, dependendo do que eu fizesse. Áí eu puix na cabeça né? (SANTOS, 2019, p. 93; p. 99; p. 119)

A grande maioria passou muitos anos na prostituição e trabalhou em diferentes lugares além do Parque da Luz. Algumas já trabalharam em boates e casas noturnas, na Augusta, em Higienópolis, Rio de Janeiro, na região nordeste do Brasil e até mesmo na Europa. Algumas já tiveram cafeterias, mas a maioria sempre trabalhou de forma autônoma.

Em relação às suas percepções sobre o ofício, apenas uma diz gostar da profissão. A maioria entre elas não gosta da ocupação, relata sentir vergonha e vê nela apenas uma forma de obter dinheiro. Uma delas diz ter encontrado mais respeito na prostituição do que no trabalho em fábrica e outra parece tratar a prostituição como algo natural e intrínseco à sociedade.

E eu gosto do que eu faço. Enfim, eu gosto... se eu falar que eu não gosto eu tô mentindo, eu gosto. Mas eu não tenho prazer, isso eu não tenho, é mais o dinheiro, é pelo dinheiro.

O preconceito é grande? É. E por que a pessoa vai vender seu corpo, por que ela não vai trabalhar? Imagina hoje, na situação que nós estamos vivendo, com a crise brasileira... Eu tenho que chegar a Milares, onde eu moro, é um lugar carente. As pessoas não têm nem o pão pra pôr na mesa, eu não quero isso pra mim. E também não imaginei isso pra mim. Pecado é você não ter o que comer, é você abrir seu armário e não ter o que comer e não ter o que vestir.

Pra eu entrar dentro de um carro ou entrar dentro de um quarto de hotel com um cliente eu preciso estar pelo menos bêbada, porque eu não consigo enfrentar, assim, de cara limpa. Então eu acho que a maioria das transsexual, das garota de programa em geral, do planeta, ela só se prostitui na base da bebida e da droga, porque elas não consegue encarar um cliente de cara limpa.

Isso que eu falo para Deus, todo dia, Eu venho aqui e vou na igreja, este aqui não é lugar que eu quero para mim, nem para ninguém.

Prostituição não existe desde o começo do mundo? Se a pessoa tá com você e não te assume, nada...então você tá sendo o que na vida dele? Prostituta.

Não achei muito difícil fazer programa, eu achei que foi humilhante. Eu não queria, eu não aceitava, só fiz mesmo porque eu estava precisando de dinheiro, de necessidade.

Eu nunca vi a prostituição como um trabalho. Eu nunca vi como um trabalho. Eu sempre vi a prostituição como o que? Uma situação mesmo, sabe? Uma situação que a gente entra nela e quer sair amanhã! (SANTOS, 2019, p. 44; p. 61; p. 80; p. 93; p. 129; p. 160)

Considerando que exploração sexual abarca um conjunto de práticas ilícitas nas quais alguém se beneficia do agenciamento e exploração para fins sexuais de terceiros – geralmente pessoas em situação de vulnerabilidade – a fim de obter lucro, observou-se, nos relatos, se as mulheres compartilham ter vivido experiências como: cafenitagem, tráfico de pessoas, prostituição infantil, e demais práticas presentes no decreto-lei²² 2.848²². Acerca disso, uma mulher relata já ter sido vendida, mas conseguiu escapar, outra viveu a prostituição infantil e o turismo sexual, uma vez que começou a se prostituir aos 11 anos em praias da região do nordeste. Algumas já trabalharam em casas de prostituição e quatro mulheres relatam vivências com cafetões e cafetinas, dentre elas, três saíram rapidamente dessa situação e a quarta não via essa relação como uma forma de exploração, alegando que sua cafetina lhe passou muitos ensinamentos sobre a vida na prostituição. Duas delas, ainda, relatam terem se envolvido romanticamente com os homens que as agenciaram.

[...] na praia de Ponta Negra, e a Praia do Meio em Natal, eu não sei hoje em dia, que faz muitos anos que eu não vou lá, tem uma zona de prostituição de transsexual, travesti e de mulheres garotas de programa, porque é uma cidade turística, tem muito gringo, muito italiano, muito espanhol, muito americano, porque a base americana fica no Rio Grande do Norte, a base aérea é lá, entendeu, então tem muito americano.

[...] eles te dão o triplo, porque eles querem fazer sexo com uma criança, Então se uma prostituta tá cobrando, digamos que, se uma prostituta tá cobrando cinquenta reais, um desses pilantra, desses safado, desses aliciadores de menores, que deveriam tá todos atrás das grade, eles dão quinhentos, seiscentos pra levar você num porta mala dum carro e entra no motel. Muitas e muitas vezes cê entra no motel pela porta da frente, porque o que manda nesse país, principalmente anos atrás, o que manda é o dinheiro. Eles dão uma caixinha ali pro porteiro de duzentos, trezentos reais e o porteiro, que ganha um salário mínimo vai fazer o que? Nada, deixa entrar, com quatro, com cinco meninas, cinco meninos, com tudo.

²² Ver página 17.

Eu também já trabalhei com cafetão. Foi por pouco tempo, na Luz. Eu trabalhava e ele ficava de olho, né? Eu pegava o dinheiro e levava pra ele. Era "amor" também. Naquela época eu era carente. (SANTOS, 2019, p. 71; p. 121)

No geral, compartilham relatos de grande violência contra elas por parte de clientes, familiares e da sociedade, entre estigmas, preconceitos, exclusão, violências físicas e verbais. Algumas já apanharam de clientes, na rua e mesmo de policiais, três contam ter sofrido violências físicas e sexuais. Uma, inclusive, relata que já foi forçada a passar mais tempo em um programa e não usar camisinha por um cliente que a ameaçou com um revólver. Muitas contam histórias de amigas que foram assassinadas, agredidas por clientes e violentadas.

O risco de contrair ISTs também se faz presente: uma relata ter HIV por ter sido forçada a realizar um programa sem camisinha e outras compartilharam histórias de amigas que possuem o vírus e até já morreram por conta da doença. Apenas duas não mencionam nenhuma forma de violência contra si ou contra conhecidas, mas todas parecem compreender a prostituição como uma prática onde se está muito exposta à riscos e violências, além de mencionarem estresses psicológicos. Há ainda a menção sobre disputas, violências e rivalidades entre as mulheres que se prostituem no Parque da Luz.

Eu graças a Deus nunca sofri nenhuma violência sexual não, só uma vez que lá na Augusta eu fiz o programa com o cara, a gente saiu em duas meninas, fomos no apartamento, a gente só fez o programa, mas enfim, eles enrolaram a gente e não pagaram, mas depois passaram na rua e a gente jogou pedra no carro dele (risos). Mas não, nunca sofri nada não, Graças a Deus.

[...] de tanto sofrimento que eu passei no Brasil, muitas [violências foram] físicas, fui obrigado a transar com outras amigas minha, contra a vontade. Polícia levava presa, dava óleo pra gente tomar na setenta e sete dp, no quarto distrito, aqui no terceiro distrito, na Rua Aurora. A gente sofria muito, a gente apanhava

Agora elas já acostumaram comigo. Eu vejo elas brigando com as mulheres. Outro dia uma pegou a outra pelos cabelos. Uma falando não sei o que delas. Muitas brigando, fazendo fofoca. Eu não vim aqui para fazer amizade. A gente faz né.

O estresse psicológico não tem tamanho! Não tem tamanho! Eu sei o estrago psicológico que a prostituição fez na minha vida. (SANTOS, 2019, p. 44; p. 76; p. 94; p. 162)

Entre as entrevistadas, cinco escondem de pessoas da sua convivência sobre a prostituição. Há algumas cujos filhos e outros parentes descobriram sobre o ofício sem que

elas contassem. Uma conta ter sido expulsa de casa pelos irmãos quando foi descoberta, há uma que diz acreditar que sua filha suspeita, apesar de não ter certeza e de nunca terem conversado sobre isso. Duas não mencionam se seus familiares sabem, entre elas está J, que não manteve contato com sua família. A filha de uma dessas mulheres também esteve em prostituição por um tempo, mas se afastou devido à problemas de saúde.

A maioria, seis entre elas, segue na prostituição. Apenas uma relata não ter desejo de parar e gostar da profissão, há outra que não diz abertamente querer deixar a prostituição, mas fala que deseja ter um trabalho, as demais compartilham o desejo de sair e relatam estar cansadas. Dizem, ainda, que hoje recebem entre 30 e 50 reais pelo programa.

Mas tô doida pra sair porque eu já tô cansada, querendo sair. Já tô querendo parar, já. Os 60 já tão pensando. Então já tá bem pesadinho, já. Cansa, é cansativo.

Eu não faço mais isso não. Falar pra você, que se eu vejo um homem entrando eu tenho nojo, sabe? (SANTOS, 2019, p. 59; p. 122)



Nas telas

5. NAS TELAS

5.1. As telenovelas da Rede Globo

Considerada um dos principais gêneros televisivos, a telenovela é mais que um dos maiores meios de entretenimento da TV brasileira, é um produto cultural que conquistou espaço no cotidiano da sociedade brasileira “tornando-se uma forte influência no comportamento social da população, nos valores, hábitos e linguagem do telespectador” (MOREIRA, 2015). A telenovela se transforma em um fenômeno cultural ao unir dois elementos essenciais: o espetáculo e a realidade. Ela traz às telas experiências, assuntos, vivências e acontecimentos comuns a diferentes setores da sociedade brasileira envoltos em uma narrativa fantasiosa e dramática regida por emoções fortes. “Os amores são arrebatadores, as mágoas e tristezas são profundas, o ódio é mortal, as alegrias são contagiantes” (DUARTE, 2008, p.22).

As telenovelas possuem uma grande penetração na sociedade brasileira: são o segundo gênero televisivo mais consumido na TV aberta, ficando atrás apenas dos telejornais.²³ Isso ocorre devido a sua capacidade de alimentar um repertório variado de temas, enredos e personagens por meio dos quais pessoas de diferentes classes sociais, ideologias, gerações, sexo, raça e regiões se reconhecem umas as outras (LOPES, 2003).

Esse gênero funciona como uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que se espelha na sociedade para construir suas narrativas, desempenha um papel crucial na construção da identidade nacional brasileira. “A novela se tornou um veículo que capta e expressa a opinião pública sobre padrões legítimos e ilegítimos de comportamento privado e público” (*Ibid.*, 2003, p. 26). Muitas pessoas adotam os padrões apresentados nesses programas como referências para a definição de "tipos ideais" no contexto da família brasileira, da mulher brasileira, do homem brasileiro, bem como de questões como corrupção e violência no Brasil.

[...] contar histórias (por meio das telenovelas, do jornalismo, do cinema, da literatura) não é uma atividade meramente estética, desprovida de intencionalidade. Trata-se de um dispositivo argumentativo da linguagem para convencer, provocar efeitos, mudar o estado de espírito de quem ouve, lê ou vê uma história. (TAMURA, 2020, p.36)

As narrativas das telenovelas permeiam diversos estratos da sociedade, desempenhando um papel significativo na construção e desconstrução de valores culturais, normas e estereótipos. Lopes (2003) aponta para o paradoxo das telenovelas, narrativas

²³ O vídeo em transformação: a constante da mudança. Kantar Ibope Media.

ficionais, terem se tornado um espaço público de debate nacional, adotando a noção de “comunidade nacional imaginada”²⁴ para indicar as representações sobre o Brasil veiculadas pelas novelas.

Além disso, é estrategicamente reservado às principais telenovelas o horário de exibição em que os trabalhadores estão chegando em casa e querem descansar, se distrair. A televisão é um meio para isso e a Rede Globo foi precursora ao criar o horário da novela, de forma a se adequar às rotinas dos telespectadores (*Ibid.*, 2003). “O chamado ‘horário nobre’, das 21h, é o clássico, quando toda a família se reúne para assistir à televisão” (MERCURI; VELOSO; TRAGNI; TAVARES, 2011, p. 5).

Suas narrativas transformadoras, seu padrão regular de transmissão que possibilita sua inserção nas rotinas dos telespectadores e a repetição consistente dos episódios, são características que nos incitam a pensar nas telenovelas como rituais (LOPES, 2003). Essas produções frequentemente proporcionam uma forma de catarse emocional, gerando identificação do público com personagens e situações, motivando a participação dos telespectadores: eles se envolvem emocionalmente com os personagens, torcem por casais, discutem tramas com amigos e familiares, estabelecendo assim uma participação social que lembra aspectos de rituais culturais.

Assistir novela diariamente, ou mesmo eventualmente, pressupõe a noção de que se está desempenhando um ritual compartilhado por milhares de outros telespectadores, pertencentes aos mais variados segmentos sociais, nos mais variados recantos do país. (HAMBURGUER, 2005 *apud* MERCURI *et al*, 2011).

Por seu caráter popular e alto consumo dentro da sociedade brasileira, as telenovelas são um importante palco para discussão de assuntos de interesse público. Suas tramas costumam estar repletas de personagens que lutam por ideais e que reformam convenções estabelecidas. Apesar disso, as telenovelas muitas vezes seguem padrões estéticos e narrativos convencionais para atrair uma audiência ampla (LOPES, 2003). Isso pode resultar em histórias que favorecem soluções simplificadas para conflitos complexos, evitando a abordagem de temas que desafiam as normas sociais preexistentes.

²⁴ A autora se utiliza do termo cunhado por B. Anderson (C.f. ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. Londres: Verso, 1991) para descrever a emergência dos Estados Nacionais na Europa do século XIX, associando a consolidação do sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginária ao surgimento da imprensa escrita e das línguas nacionais. O ritual de leitura do jornal é apontado como exemplo de ritual que contribui para a consolidação desse sentimento de comunidade nacional. A autora utiliza a noção de comunidade nacional imaginada para indicar as representações sobre o Brasil, veiculadas pelas novelas e as maneiras como elas produzem referenciais importantes para a reatualização do conceito de nação e de identidade nacional.

Ademais, ao incorporar e promover valores culturais e normas sociais arraigados, as telenovelas, muitas vezes, tendem a reforçar estereótipos de gênero, papéis tradicionais na família e outras convenções culturais. Esse gênero configura-se como uma narrativa familiar sobre a nação, na qual, por exemplo, “uma guerra é vista como um fato a partir do qual morreu um tio e uma cidade como um lugar onde mora um parente” (*Ibid.*, 2003, p. 19). Tendo isso em vista, é natural que telenovelas carreguem valores da família tradicional.

[...] “As novelas respeitam as ‘máximas brasileiras’” (HAMBURGUER, 2005, p. 49), ou seja, não vão contra os dogmas da sociedade, e o que ela acredita. Além disso, mostram sempre um padrão de relacionamentos “ideais” nas famílias, grupos de amigos. E quando não são os ideais, fica clara a crítica a esses comportamentos. (MERCURI; VELOSO; TRAGNI; TAVARES, 2011, p. 3)

As telenovelas, entretanto, nem sempre se propuseram a representar a sociedade de forma realista e carregar em si comentários sociais e políticos. Antes da década de 1970, “dramalhões” de estilo fantasioso dominavam a produção (LOPES, 2003). A Rede Tupi foi a primeira a adotar uma abordagem realista, inspirando-se no dia a dia da população Brasileira. Sua falência nos anos 70 marcou o início da hegemonia da Globo, que, adotando o modelo proposto pela Rede Tupi, se tornou uma força dominante na produção de telenovelas (*Ibid.*, 2003).

No caso da Globo, a telenovela é uma narrativa presente também desde a sua fundação, mas que se constituiu como um projeto particular a partir de 1968, compondo um padrão de programação denominado, ao longo dos anos, de “horário nobre”, ou “prime-time”, o que permitiu que a Globo consolidasse um modelo de produzir e ver televisão até os dias atuais. (BOLAÑO; MELO, 2015, p. 12)

A partir de então, a telenovela não apenas se estabeleceu como o gênero mais popular e lucrativo da televisão brasileira, mas como parte do tripé que sustenta a base da televisão brasileira juntamente com o telejornalismo e a variedade (programa de auditório, humorístico ou *game show*), desempenhando um papel crucial na estratégia da Globo para garantir sucesso e fidelidade do público e contribuindo para a consolidação da emissora como principal canal de rede aberta do país (BOLAÑO; MELO, 2015). Ao adotar narrativas realistas e incorporar inovações estéticas de diversas fontes, “como esquetes de teatro, narrativas de literatura, técnicas do cinema, programas de rádio, formas já testadas e aceitas pelo público telespectador de outros países” (*Ibid.*, 2015, p. 12), a Globo criou um “estilo brasileiro” de

teledramaturgia, consolidando-se como líder incontestável do cenário televisivo brasileiro e estabelecendo o “padrão Globo de qualidade”.

Olhando para as novelas do horário nobre da Rede Globo, percebe-se a presença recorrente de uma personagem: profissionais do sexo. Quem nunca ouviu falar das personagens Bebel, Capitu ou Gabriela? Para se ter uma ideia, a primeira prostituta a aparecer nas telas da Globo foi Ninon, da novela Roque Santeiro, em 1986. Desde então, a personagem prostituta segue ganhando as telinhas e o público brasileiro.

[...] a prostituição desde sempre despertou o interesse do público. Desde novelas de época às inseridas num contexto mais atual, cortesãs e prostitutas permeiam a trama, trazendo beleza, sensualidade, irreverência, e despertando a curiosidade dos telespectadores. (DUARTE, 2008, p.31-32)

Como observado anteriormente, as telenovelas da Rede Globo buscam espelhar-se na sociedade e têm a intenção de representar a diversidade da população brasileira. No entanto, surge a indagação sobre a autenticidade dessas representações. No que diz respeito às personagens ligadas à prostituição que são construídas pela Rede Globo, é válido questionar se as narrativas dessas personagens refletem de maneira precisa as experiências compartilhadas por mulheres reais envolvidas na prostituição, como apresentado no livro "Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz". Além disso, é relevante explorar até que ponto essas representações coincidem com o perfil delineado a partir de dados sobre a prostituição no Brasil. Essas indagações orientarão as análises que serão desenvolvidas no próximo subcapítulo de nossa investigação.

5.2. Prostituição televisionada

Como mencionado, garotas e garotos de programa são personagens corriqueiros e de grande popularidade. Observando as telenovelas das 21h da Rede Globo – exibidas no “horário nobre”, consideradas carros chefe entre as produções do gênero no Brasil e detentoras das maiores audiências de TV, atrás apenas do Jornal Nacional – vê-se que personagens prostitutas estão presentes em 12 das 20 novelas exibidas entre 2011 (quando se inaugurou o “horário das 21h”) e o início de 2023. Nem sempre constituem parte central da trama, por vezes são apenas aparições pontuais, mas é comum ocuparem papéis centrais na história.

Quadro 1: Telenovelas das 21h da Rede Globo entre 2011 e 2023 e a presença de personagens prostitutas

Título	Reprodução	Personagens prostitutas
Insensato Coração	Jan. 2011 à ago. 2011	Não aparecem
Fina Estampa	Ago. 2011 à mar. 2012	Leandro
Avenida Brasil	Mar. 2012 à out. 2012	Não aparecem
Salve Jorge	Out. 2012 mai. 2013	Morena, Jéssica, Rosângela, Waleska e outras
Amor à Vida	Mai. 2013 à jan. 2014	Márcia e Edith
Em Família	Fev. 2014 à jul. 2014	"Prostitutas do Laerte"
Império	Jul. 2014 à mar. 2015	Não aparecem
Babilônia	Mar. 2015 à ago. 2015	Helô, Alice e outras "prostitutas do Murilo"
A Regra do Jogo	Ago 2015 à mar. 2016	Não aparecem
Velho Chico	Mar. 2016 à set. 2016	Não aparecem
A Lei do Amor	Out. 2016 à mar. 2017	Jéssica, Camila, Luciane e Aline
A Força do Querer	Abr. 2017 à out. 2017	Não aparecem
O Outro Lado do Paraíso	Out. 2017 à mai. 2018	Garotas do Bordel de Pedra Santa
Segundo Sol	Mai. 2018 à nov. 2018	Rosa, Ícaro e demais agenciados por Laureta
O Sétimo Guardião	Nov. 2018 à mai. 2019	Stefânia, Luciana e demais prostitutas do bordel Paraíso do Serro
A Dona do Pedaço	Mai. 2019 à nov. 2019	Josiane e Sabrina
Amor de Mãe	Nov. 2019 à abr. 2021	Não aparecem
Um Lugar ao Sol	Nov. 2021 à mar. 2022	Não aparecem
Pantanal	Mar. 2022 à out. 2022	Generosa
Travessia	Out. 2022 à mai. 2023	Ari

Fonte: Elaboração própria

No geral, as telenovelas não fornecem informações tão completas sobre as personagens quanto o livro “Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz”, uma vez que suas tramas não costumam acompanhar a trajetória da vida das personagens, mas sim em um período mais curto no qual os fatos narrados se desenvolvem. Nossa análise, portanto, está focada em dados mais gerais acerca das personagens, a fim de buscar semelhanças e diferenças entre o que está contido nas narrativas compartilhadas pelas Mulheres da Luz e aquilo que a Rede Globo transmite acerca de personagens que também vivem ou viveram a prostituição.

Apesar de não haver dados sobre isso nas entrevistas, sabe-se por meio de informações disponibilizadas pelo Coletivo Mulheres da Luz que a maioria das mulheres atendidas pela instituição são negras ou pardas. Por outro lado, as prostitutas presentes nas novelas da Globo

são, em sua maioria, brancas e jovens (com idades em torno dos 20 e 30 anos). Assim como as Mulheres da Luz, a maioria delas têm origem humilde e vislumbram na prostituição uma oportunidade de conquistar melhores condições financeiras e de vida. Não há a presença de personagens ou prostitutas transexuais nas novelas assistidas, porém em três ocasiões, em “Fina Estampa”, de 2011, em “Segundo Sol”, de 2019 e em “Travessia”, de 2022 a narrativa inclui homens prostitutas, entretanto, como o trabalho é desenvolvido em torno da questão da prostituição feminina, não nos debruçaremos sobre suas narrativas.

Figura 16: As meninas do bordel de Pedra Santa, Maíra (Juliane Araújo), Vanessa (Fernanda Nizzato), Desirée (Priscila Assum) e Karina (Malu Rodrigues)



Fonte: Divulgação/TV Globo/Raquel Cunha²⁵

Dentre as motivações que levaram as personagens à prostituição nas novelas estão: problemas financeiros (Rosa, em “O Segundo Sol” tem origem humilde, sofre com dificuldades financeiras e estava em busca de emprego); ajudar familiares (em “Salve Jorge”, a personagem Morena tem um filho que cria sozinha, em “Babilônia”, Alice deseja ajudar sua mãe doente); pagar estudos (Edith em “Amor à vida”); além de busca por “festas”, “aventuras” e “vadiagem” (presentes em “O Outro Lado do Paraíso”). De forma generalizada, a principal impulso que leva as mulheres das novelas para a prostituição é a promessa de

²⁵ Disponível em:
<https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/conheca-as-novas-prostitutas-do-bordel-de-outro-lado-do-paraiso-22145453>. Acesso em: 23 nov. 2023.

conseguir dinheiro. Em alguns casos, essa motivação tem origem em dificuldades e necessidades financeiras, em outros casos ela é apresentada como ganância (em “Amor à vida”, “O Segundo Sol” e “A lei do amor”, algumas personagens que vivem ou viveram a prostituição são construídas de forma a passarem a imagem de gananciosas).

Nas novelas, as mulheres também são estigmatizadas devido à sua ocupação por parte de familiares, pares românticos e outras pessoas de sua convivência e, assim como as Mulheres da Luz, muitas tentam manter segredo sobre sua profissão. Em “O Segundo Sol”, por exemplo, o namorado de Rosa não consegue aceitar sua profissão e quando seus pais descobrem, ela é expulsa de casa. Seu pai, ainda, a humilha e rasga suas roupas na rua.

As relações familiares das mulheres prostitutas nas novelas, entretanto, não ganham tanto destaque quanto no livro analisado, e quando aparecem, essas relações costumam apresentar atritos, apesar de não haverem histórias que envolvam agressão física e abuso sexual por parte de familiares. Outro aspecto que diferencia as garotas de programa das telinhas das Mulheres da Luz são seus filhos. Nas novelas, a minoria das mulheres possuem filhos. Morena de “Salve Jorge” é mãe, mas é a única mãe atuante na prostituição, todas as demais personagens que já se prostituíram e têm filhos não são mais atuantes. Além disso, a novela “Pantanal” é a única em que uma personagem prostituta, no caso Generosa, engravidada de um cliente, o que acontece com certa frequência entre as Mulheres da Luz.

Chama a atenção, ainda, a narrativa da novela “Salve Jorge” de 2012. Nela Morena, uma jovem do Complexo do Alemão, de baixa renda e mãe solteira, é traficada e levada para a Turquia para se prostituir. A trama se desenrola em torno disso, mostrando as dificuldades, medos do estigma que perdurará em torno delas e incertezas sobre o futuro, inclusive em relação à sua aceitação junto às pessoas próximas depois de saberem sobre as experiências vividas por Morena e outras garotas que, como ela, foram traficadas. Por ser uma produção ficcional que, no fim, tem como objetivo agradar e entreter à população, o assunto é tratado de forma atenuada.

Além dessa clara situação de exploração sexual, por meio do tráfico de pessoas, a cafetinagem costuma estar muito presente nas novelas. As novelas “O Outro Lado do Paraíso”, de 2017, “Segundo Sol”, de 2018 e “O Sétimo Guardião”, de 2019, trazem pessoas envolvidas com prostituição, cafetinas e bordéis no centro de suas tramas. Por ser ilegal, a cafetinagem não costuma aparecer muito em dados e pesquisas que buscam compreender a prostituição no Brasil, ocorrendo de forma escusa. Também não aparece com frequência nas histórias compartilhadas pelas Mulheres da Luz. Vale ressaltar, ainda, que nas três telenovelas

mencionadas, as cafetinas aparentam ter boas relações com suas “agenciadas”, apesar de existirem atritos em suas relações, principalmente envolvendo dinheiro.

Há ainda, nas telenovelas, a mensão a prostituição infantil. Stefânia, personagem de “O Sétimo Guardião”, vive na rua desde os 14 anos, trabalhando para sobreviver. Além disso, casos de violência e abuso nas narrativas presentes nas novelas quase não aparecem, há a história de 2 garotas dentre as personagens que sofreram algum tipo de violência, assim como praticamente não há menções à ISTs e ao HIV.

Assim como em qualquer trama de telenovela, o romance está no centro das histórias de boa parte das personagens prostitutas. As garotas de bordéis, principalmente, compartilham o sonho de ter um grande amor que as tire da prostituição. Esse nunca foi um sonho compartilhado pelas Mulheres da Luz. Nesse aspecto, elas se assemelham por viverem romances pontuais com diferentes homens que, na maioria dos casos, as conhecem como clientes. Entretanto, enquanto os homens das novelas são romantizados, aproximando-se das imagens de galãs, os homens que passam pelas vidas das Mulheres da Luz são apresentados como homens ruins.

Por fim, assim como no livro “Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz”, a grande maioria das mulheres prostitutas das novelas deseja deixar a prostituição. Sonham com melhores condições de vida e sofrem com o estigma imposto à elas pela profissão. Todas entram para a prostituição atraídas pela promessa de dinheiro e passam por dificuldades acarretadas por seu ofício. Talvez as únicas exceções à isso sejam as prostitutas presentes em “Segundo Sol”, uma vez que levam uma vida de luxo compartilhando uma mansão com muitos jovens bonitos e “de bem com a vida”, que compõe o grupo de garotos e garotas de programa da cafetina Laureta, que além de moradia, oferece médicos, comida e aulas de inglês para seus agenciados. Entretanto essa é a vida de poucos e seletos profissionais do sexo, todos os demais apresentados pela Rede Globo não compartilham desses luxos e sonham com outras formas de vida.



Considerações possíveis

6. CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

A prostituição é um tema complexo e que oferece um terreno fértil para a exploração de narrativas diversas, indo além das perspectivas tradicionais para incorporar dimensões históricas, sociais, políticas e culturais. No contexto brasileiro, a história da prostituição remonta a diferentes períodos e contextos, sendo influenciada por fatores como colonização, escravidão, urbanização e religião.

A análise da prostituição no Brasil também deve considerar a interseccionalidade de gênero, raça e classe, destacando a experiência de pessoas negras e imigrantes. A exploração de narrativas específicas desses grupos destaca as formas únicas de opressão, discriminação e resistência enfrentadas por essas comunidades. Essa análise, muitas vezes, nos ajuda a compreender a distinção entre "alto" e "baixo" meretrício, revelando as hierarquias sociais e econômicas associadas à prostituição que refletem e influenciam vivências, trajetórias, motivações e tratamento das profissionais do sexo, além de políticas públicas e percepções sociais.

O estudo da história da prostituição no Bom Retiro, entre o período da zona de confinamento e da Boca do Lixo, oferece uma riqueza única de materiais para análise de narrativas, proporcionando uma compreensão abrangente de dinâmicas sociais e culturais do período. Os jornais da época desempenham um papel crucial, revelando como as prostitutas eram frequentemente retratadas como, “decaídas”, um problema de saúde pública e uma ameaça ao desenvolvimento da cidade, apesar de serem consideradas um “mal necessário”. Anotações de assistentes sociais da época, ainda, são fontes valiosas que, por vezes, demonstram a perpetuação de estigmas ao associar as prostitutas a debilidades mentais. Há ainda livros literários que exploram personagens que transitam pela zona de prostituição no Bom Retiro. Essas obras oferecem insights sobre as vidas das prostitutas, capturando suas experiências, desafios e resiliência em meio às complexidades urbanas.

Apesar de não terem sido abordados nesse trabalho, a descoberta desses materiais ao longo da pesquisa historiográfica realizada abrem um leque de possibilidades para a exploração de narrativas acerca da prostituição no Bom Retiro, suscitando curiosidade e indagações. Como as narrativas de assistentes sociais e demais agentes que trabalham com mulheres em situação de prostituição no Bom Retiro se transformaram entre a década de 1940 e hoje? Quais as principais mudanças nas narrativas jornalistas acerca da prostituição no Bom Retiro que ocorreram entre o período de confinamento e os dias de hoje?

Acerca das narrativas investigadas nesse trabalho, observa-se que relatos compartilhados por mulheres prostitutas e dados existentes sobre a prostituição no Brasil, apontam para uma realidade de muita violência, isolamento, exploração e dificuldades para as mulheres prostitutas. As telenovelas, por sua vez, romantizam a prostituição na mesma medida em que romantizam a vida em geral. Contudo, apesar de amenizarem grande parte das violências sofridas por pessoas que vivem na prostituição, não denunciarem formas de exploração como a cafetinagem nem a falta de políticas públicas voltadas para as mulheres prostitutas, as representações presentes nas novelas não são completamente fantasiosas e trazem semelhanças entre as vidas de suas personagens e as trajetórias presentes no livro analisado.

O estigma e preconceito sofridos por mulheres prostitutas aparecem em ambas produções, se evidencia que a motivação para adotar essa profissão parte de uma falta de oportunidades e um desejo de se obter melhores condições financeiras e as personagens envolvidas costumam ressaltar seus desejos de deixar essa profissão. Apesar de nem sempre de forma crítica, como em relação à cafetinagem, situações de exploração sexual também estão presentes na trama, por meio da representação de casas de prostituição, tráfico de pessoas e a menção à prostituição infantil. As narrativas e representações criadas pela Rede Globo, portanto, trazem questões relevantes e se aproximam de narrativas reais em muitos aspectos.



Cleone e Irmã Regina viveram lutando para que as mulheres em situação de prostituição pudessesem sonhar.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Isabela. 500 mil crianças são vítimas de exploração sexual no Brasil, por ano. **Observatório do Terceiro Setor**, [S. l.], 18 mar. 2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/500-mil-criancas-sao-vitimas-de-exploracao-sexual-no-brasil/>. Acesso em: 7 set. 2023.
- AFONSO, Mariana Luciano; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Prostituição: uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis, 2013. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372969868_ARQUIVO_versaofinalparafazendogenero.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.
- BARRETO, Letícia Cardoso; GROSSI, Miriam Pillar. Interseccionalidades e identidades em contextos de prostituição. In: **Desafios da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, 2012. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://xdocz.com.br/doc/interseccionalidades-e-identidades-em-contextos-de-prostituicao-gdo kj0wdj9ny>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- BOLAÑO, César; MELO, Paulo Victor. Luz, câmera, concentração: 50 anos da Rede Globo e a hegemonia no Mercado Brasileiro de Televisão. In: **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-4005-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. Lei Nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, DE 10 ago. 2009, p. 1.
- BRASIL. **Câmara dos Deputados**. PL 98/2003. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Parecer do Relator, Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA), sobre o Projeto de Lei nº 2169/2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/104691>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. **Câmara dos Deputados**. PL 4211/2012. Projeto de Lei nº 4211, de 2012. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Autor: Jean Wyllys. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 3.436 de 1997. Dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes, morais e atentatórios ao pudor. Autor: Wigberto Tartuce. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, ano XXIV, n. 116, p. 57, 15 ago. 1997. Disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/Imagen/d/pdf/DCD15AGO1997.pdf#page=57>. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 98-A, de 2003, de 28 de novembro de 2003. Dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime os arts. 228, 229 e 231 do Código Penal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição deste; e pela constitucionalidade, juridicidade, falta de técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do de nº 2.169/03. Autor: Fernando Gabeira, DF, 2003. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=523781&filename=Akulso%20PL%2098/2003. Acesso em: 26 ago. 2023.

CAMPOS, Ana Júlia Soares de. **Prostituição no Brasil:** legislação, direitos, cidadania e o reconhecimento da luta das prostitutas. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) — Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=557138>. Acesso em: 20 out. 2023.

COELHO, Caroline dos Santos; BENEDITO, Alessandra. Entre a escravidão sexual e o estupro: uma análise da prostituição como instrumento da dominação masculina. In: **V Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 2018. Universidade Estadual de Londrina. Disponível: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1120/955>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DE LIMA, Juliana Rodrigues. As mulheres e o turismo no Brasil, da Embratur a Bolsonaro. **Nexo Jornal**, 12 mai. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/05/12/As-mulheres-e-o-turismo-no-Brasil-da-Embratur-a-Bolsonaro>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DUARTE, Letícia Henrique. **Prostituição: A Representação na Telenovela — um olhar sobre Capitu em Laços de Família.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <https://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/LeticiaHenrique.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FONSECA, Guido. **História da Prostituição em São Paulo.** Editora Resenha Universitária, São Paulo, 1982.

FELDMAN, Sarah. **Segregações espaciais urbanas:** a territorialização da prostituição feminina em São Paulo – 1924 a 1970. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

GRUMAN, Marcelo. A Prostituição Judaica no Início do Século XX: desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], p. 83-99, jul. 2006. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/5446>. Acesso em: 28 jul. 2023.

HELENE, Diana. O movimento social das prostitutas e o direito à cidade para as mulheres. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero; Women's Worlds Congress**, 11; 13,

Florianópolis, 2017, p. 1-12. Disponível em:
https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498590152_ARQUIVO_d_helene.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

LEAL, Maria Lúcia *et al*, (org.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial – PESTRAF**. [S. l.: s. n.], 2002. 284 p.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Telenovela Brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Revista Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 26, p. 17-34, 2003. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37469/40183>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MACHADO, Leandro. A vida secreta das prostitutas veteranas que trabalham em parque histórico de São Paulo. **BBC News Brasil**, São Paulo, 13 ago. 2018. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45133657>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARTINS, Débora Souza Cruz. **A prostituição televisionada em Gabriela**: tempo presente, história e política no audiovisual de 1975. 2014. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em:
https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5661/1/DEBORA_SOUSA_CRUZ_MARTINS.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

MERCURI, I. A.; VELOSO, I. A; TRAGNI, S.; TAVARES, D.. “Da TV pra você”: a influência da novela na sociedade brasileira. In: **XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**, Cuiabá, 2011. Disponível em:
<http://intercom.org.br/papers/regionais/centroeste2011/resumos/R27-0150-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MOREIRA, C. C. X.; MACIEL, D.; MATTOS, F.. Do Estereótipo ao Social: As Fases da Representação Homossexual nas Telenovelas da Rede Globo. In: **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**, Manaus, 2015. Disponível em:
<https://portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0969-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

NASSAR, Paulo e FARIAS, Luiz Alberto de e RIBEIRO, Emilia Pomarico. **Narrativas rituais**: uma aproximação entre comunicação e antropologia. Tendências em comunicação organizacional: temas emergentes no contexto das organizações. Tradução . Frederico Westphalen: FACOS-UFSM, 2019. Disponível em:
<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002980493.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

NAPPI, Flávia Terruggi. **Mapeamento e análise do território de prostituição do centro de São Paulo**: uma perspectiva histórica (1771-1970). 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021. Disponível em:
<https://dspace.mackenzie.br/items/7391a2d8-dd03-46f7-983d-c47b9f0ed156/full>. Acesso em: 5 ago. 2023

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. Violência racial e prostituição: um debate para além do gênero. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero; Women's Worlds Congress**, 11; 13, Florianópolis, 2017, p. 1-12. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499425759_ARQUIVO_AlyneNunesFG.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

PETIT, Juan Miguel. **Relatório sobre a Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil**: Missão ao Brasil. Nova York: Relator Especial da ONU, 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdham/publicacoes/RelRelEspOnuCri.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.

RIZZO, Paula Karine. **O quadrilátero do pecado**: a formação da Boca do Lixo em São Paulo na década de 50. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/19884>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RAGO, Luzia Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, Luzia Margareth. Imagens da prostituição na *belle époque* paulistana. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 1, p. 31–44, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1679>. Acesso em: 22 set. 2023.

RECHTMAN, Enio. **Itaboca, rua de triste memória**: imigrantes judeus no bairro do Bom Retiro e o confinamento da zona do meretrício (1940 a 1953). 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Judaicos) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8158/tde-15072015-151720/publico/2015_EnioRechtm an_VOrig.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, Emiliana Pomarico e TAMURA, Natália de Campos e NASSAR, Paulo. **Novas narrativas de Relações Públicas**: transformadoras para uma sociedade mais inclusiva e humanizada. Comunicação & Sociedade, v. 41, n. 2, p. 119-142, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v41n2p119-142>. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, Emiliana Pomarico. **Novas narrativas da comunicação em organizações**. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16052019-115915/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ROSIN, Maíra Cunha. **Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor**: os marginais do embelezamento e dos melhoramentos urbanos (1905-1938). 2021. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-07072021-215205/publico/TEMairaCunhaRosin_rev.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023

SANTOS, Cleone (org.). **Trajetórias de vidas - Mulheres da Luz**. Santo André: Coopacesso, 2019.

SILVA, Lorena Brito; XIMENES, Verônica Morais. Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/CE. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 176-194, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n1p176/33047>. Acesso em: 02 jul. 2023

TARDELLI, Brenno. **Cleone Santos**: 'A mulher em situação de prostituição tem que poder sonhar'. Carta Capital, 13 fev. 2021. Disponível em: [TAMURA, Natália de Campos. **Entre narrativas enunciadas e o silenciamento**: a interface das representações sociais de indivíduos que coabitam em um espaço urbano. 2020. Tese \(Doutorado\) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-05032021-164854/>. Acesso em: 20 out. 2023.](https://www.cartacapital.com.br/diversidade/cleone-santos-ulher-em-situacao-de-prostituicao-te-direito-de/>. Acesso em: 10 nov. 2023</p>
</div>
<div data-bbox=)

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

O vídeo em transformação: a constante da mudança. **Kantar Ibope Media**, 2019 . Disponível em: https://www.kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2020/03/Kantar-IBOPE-Media_Insid-e-TV_2020-1.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

NOVELAS

FINA estampa. Direção: Wolf Maya. Brasil: TV Globo, 2011. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/fina-estampa-edicao-especial/t/ddgrqPRPQr/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SALVE Jorge. Direção: Marcos Schechtman. Brasil: TV Globo, 2012. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/salve-jorge/t/PqbGyWsY8F/cenas/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

AMOR à vida. Direção: Mauro Mendonça Filho. Brasil: TV Globo, 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/amor-a-vida/t/d6XYst7nyz/cenas/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

EM FAMÍLIA. Direção: Jayme Monjardim; Leonardo Nogueira. Brasil: TV Globo, 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/em-familia/t/TRxyXgmt76/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BABILONIA. Direção: Dennis Carvalho; Maria de Médicis. Brasil: TV Globo, 2015. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/babilonia/t/Jhn1mHP5VH/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

A LEI do amor. Direção: Natália Grimberg. Brasil: TV Globo, 2016. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/a-lei-do-amor/t/pPTq6tdbn8/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

O OUTRO lado do paraíso. Direção: André Felipe Binder; Mauro Mendonça Filho. Brasil: TV Globo, 2017. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/o-outro-lado-do-paraiso/t/1cckn2nhSk/cenas/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

SEGUNDO sol. Direção: Dennis Carvalho. Brasil: TV Globo, 2018. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/segundo-sol/t/KvNj7ggCyH/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

O SÉTIMO guardião. Direção: Allan Fiterman. Brasil: TV Globo, 2018. Disponível em:
<https://globoplay.globo.com/o-setimo-guardiao/t/YQ6HDDHTJG/>. Acesso em: 22 jul. 2023.

PANTANAL. Direção: Rogério Gomes; Gustavo Fernandez. Brasil: TV Globo, 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/pantanal/t/wM9wJbjHJN/>. Acesso em: 22 jul. 2023.